



---

## **A Securitização da Imigração na Hungria**

### **Análise Crítica dos discursos de Victor Orbán no paradigma da reforma da política migratória europeia (2015-2020)**

Relações Internacionais e Diplomacia Política | 2024-2025 | 2º Ciclo  
Dissertação de Mestrado | Prof. Doutor André Pereira Matos e Prof.  
Doutor Pedro Ponte e Sousa

José Filipe Gonçalves Maia | 41339

---



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

*“All we have to decide is what to do with the time that is given to us”*

(J.R.R. Tolkien, The Fellowship of the Ring, 1954)

## **Abstract**

This research paper critically analyses the speeches of Hungarian Prime Minister Victor Orbán, during and after the European migration crisis (2015-2020), utilizing the theoretical framework of the Copenhagen School and the methodology of Critical Discourse Analysis. The research begins with a contextual framing of the migration and security nexus and then looks at the evolution of the immigration issue in Hungary's internal and European institutional context, with the aim of understanding and explaining the construction processes of security discourses and narratives in Hungary and their possible influence on the edification of a new European migration policy. Using a qualitative and deductive approach, the research demonstrates, in accordance with the discourses analysed, the existence of an effective construction of security narratives, by Viktor Orban, at European level that may have been responsible for altering the solidarity mechanism present in the New Pact on Migration and Asylum.

Keywords: Migration; Securitization; Hungary; Europe; Discourses.

## Resumo

Este trabalho de investigação analisa criticamente os discursos do primeiro-ministro húngaro Victor Orbán, durante e após o contexto da crise migratória europeia (2015-2020), com recurso a um quadro teórico da Escola de Copenhaga e à metodologia da Análise Crítica de Discurso. A investigação começa pelo enquadramento contextual donexo da migração e segurança e aborda de seguida a evolução da problemática da imigração no contexto interno da Hungria e institucional europeu, com o objetivo de compreender e explicar os processos de construção de discursos e narrativas securitárias na Hungria e a sua possível influência na construção de uma nova política migratória europeia. Utilizando uma abordagem qualitativa e dedutiva, a investigação demonstra, segundo os discursos analisados, a existência de uma eficaz construção de narrativas securitárias no plano europeu, por Victor Orbán, que poderão ter sido responsáveis pela alteração do mecanismo de solidariedade presente no Novo Pacto de Migração e Asilo.

Palavras-Chave: Imigração; Securitização; Hungria; Europa; Discursos.

# Índice

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO</b> .....   | <b>1</b>  |
| <b>2. OS ESTUDOS DA SEGURANÇA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b> .....                      | <b>3</b>  |
| <b>2.1. DIFERENTES ABORDAGENS AO CONCEITO DE SEGURANÇA</b> .....                         | <b>3</b>  |
| <b>2.2. ESCOLA DE COPENHAGA E A TEORIA DA SECURITIZAÇÃO</b> .....                        | <b>7</b>  |
| <b>2.3. SETORES DE SEGURANÇA</b> .....   | <b>9</b>  |
| <i>2.3.1. Segurança Militar</i> .....  | <i>10</i> |
| <i>2.3.2. Segurança Económica</i> .....  | <i>10</i> |
| <i>2.3.3. Segurança Política</i> .....   | <i>11</i> |
| <i>2.3.4. Segurança Societal</i> .....   | <i>11</i> |
| <b>3. A MIGRAÇÃO NO PARADIGMA DOS ESTUDOS DE SEGURANÇA</b> .....                         | <b>13</b> |
| <b>4. A QUESTÃO MIGRATÓRIA EUROPEIA</b> .....  | <b>15</b> |
| <b>4.1. A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA MIGRATÓRIA EUROPEIA: DE MAASTRICHT A DUBLIN III</b> ..... | <b>15</b> |
| <b>4.2. A REFORMA DO SECA E O NOVO PACTO DE MIGRAÇÃO E ASILO</b> .....                   | <b>16</b> |
| <b>4.3. A QUESTÃO MIGRATÓRIA NO CONTEXTO HÚNGARO</b> .....                               | <b>18</b> |
| <b>5. METODOLOGIA</b> .....  | <b>22</b> |
| <b>5.1. A ANÁLISE DE DISCURSO COMO MÉTODO</b> .....                                      | <b>22</b> |
| <b>5.2. ANÁLISE CRÍTICA DE DISCURSO COMO METODOLOGIA</b> .....                           | <b>23</b> |
| <b>6. INFLUÊNCIA DO DISCURSO NO “POLICYMAKING”</b> .....                                 | <b>24</b> |
| <b>7. OPERACIONALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO</b> .....  | <b>26</b> |
| <b>7.1. DESENHO DA INVESTIGAÇÃO</b> .....  | <b>26</b> |
| <b>8. ANÁLISE</b> .....  | <b>27</b> |
| <b>8.1. DA SECURITIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO</b> .....   | <b>27</b> |
| <b>8.2. DA POLÍTICA EUROPEIA</b> .....   | <b>30</b> |
| <b>8.3. CONCLUSÃO DA ANÁLISE</b> .....   | <b>33</b> |
| <b>9. CONCLUSÃO</b> .....  | <b>50</b> |
| <b>10. BIBLIOGRAFIA</b> .....  | <b>52</b> |



## Lista de Abreviaturas

- ACD- Análise Crítica de Discurso
- NPMA- Novo Pacto de Migração e Asilo
- SECA- Sistema Europeu Comum de Asilo
- UE- União Europeia

# 1. Introdução

Na última década, a imigração afigurou-se um dos tópicos mais importante na agenda discursiva e política dos países europeus. Entre 2015 e 2016, estes foram confrontados com a intensidade dos fluxos migratórios provenientes de países do Médio Oriente e do norte de África, especificamente da Síria. Neste curto espaço de tempo, mais de um milhão de pessoas (IOM, 2015) arriscaram as suas vidas na procura por refúgio no continente europeu. Carecendo de mecanismos abrangentes capazes de lidar com esta afluência, a União Europeia fragmentou-se na resposta a esta denominada “crise migratória”. Face à carência de uma resposta conjunta, e pressionados a agir, alguns Estados-Membro recorreram a medidas securitárias e unilaterais, na tentativa de regular o fluxo de imigrantes e requerentes de asilo. A Hungria, um dos estados mais afetados pela “crise” visto ser um dos principais países transitários para a UE através da rota dos Balcãs Orientais, não só foi o primeiro país a introduzir medidas securitárias, como o seu Primeiro Ministro Victor Orbán destacou-se no diálogo sobre a imigração no plano europeu, podendo ter influenciado a política europeia.

Apesar da articulação da Escola de Copenhaga com a análise crítica de discurso não ser inédita, a sequente articulação destes conceitos com o nexu de causalidade entre o discurso e as políticas públicas- e da interação entre os conceitos da segurança, migração e securitização, introduz uma dimensão experimental e pouco comum nesta área de conhecimento.

Com a ajuda da teoria da securitização da Escola de Copenhaga e da aplicação da metodologia de análise crítica de discurso, este trabalho investiga os processos de construção da narrativa securitária húngara, através da análise dos discursos de Victor Orbán, com o objetivo de responder à pergunta de investigação: “De que forma poderá o discurso securitário de Victor Orbán ter influenciado a formulação de uma nova política migratória europeia?”. Esta pergunta é acompanhada por três outras questões de desenvolvimento:

- 1) Considerando o enquadramento teórico da Escola de Copenhaga, de que forma os discursos refletem as questões de segurança relacionadas com a imigração?
- 2) Considerando os discursos do agente securitário, como são externalizadas as preocupações securitárias para o plano da política europeia?
- 3) Considerando o intervalo de análise dos atos discursivos, em que medida se confirmou uma evolução da narrativa discursiva?

O objetivo de um trabalho desta envergadura é, sobretudo, entender o processo de securitização da imigração no contexto húngaro e a sua influência nos processos de produção de políticas ao nível da UE. O objeto de estudo é Hungria pelos motivos supramencionados, ou seja, foi o primeiro e o mais vocal estado a abordar o tema da imigração como um problema a ser combatido. Este trabalho não procura traçar umnexo de causalidade entre a securitização e a política europeia. Pretende apenas explorar essa possibilidade através de ilações retiradas da análise dos discursos sobre o tema.

## 2. Os Estudos da Segurança nas Relações Internacionais

Neste capítulo apresentamos a contextualização teórico-conceitual desta investigação. Primeiramente, a metamorfose do conceito de “segurança” é evidenciada através de diferentes interpretações de diversos académicos, desde Thomas Hobbes a Barry Buzan, evidenciando o alargamento do foco de análise da disciplina e destacando os elementos transversais às diferentes abordagens. Tal introdução serve de base para o subtema seguinte onde se discute com maior detalhe a Escola de Copenhaga e o quadro teórico-conceitual da teoria da securitização- a transformação de certos assuntos em problemas de segurança através do ato de fala. A análise do estudo presente nesta investigação exige a utilização de elementos presentes neste quadro teórico, tais como o “objeto referente”, o “agente securitário”, a “audiência” e as “medidas extraordinárias”, após a qual são explanados os diversos setores de segurança que perfazem a contextualização do ato da securitização: setor militar, setor económico, setor político e setor social.

### 2.1. Diferentes abordagens ao conceito de segurança

No âmbito dos Estudos da Segurança, como parte da esfera académica das Relações Internacionais, o conceito de segurança foi redefinido múltiplas vezes por diversos académicos de diferentes áreas de estudo, originando abordagens distintas.

Thomas Hobbes providencia uma definição de segurança intrinsecamente conectada à natureza humana, que este considera ser “solitária, pobre, bruta e curta” [*And the life of man, solitary, poore, nasty, brutish, and short*] (Hobbes, 1909, p. 97). A natureza humana, que motiva a busca incessante por poder, e o recurso contínuo da ameaça de utilização da força na prossecução de objetivos criou um ciclo perpétuo de violência, configurando-se num dilema de segurança.

*“So that in the first place, I put for a generall inclination of all mankind, a perpetuall and restlesse desire of Power after power [...] And the cause of this, is not always that a man hopes for a more intensive delight, [...] but because he cannot assure the power and means to live well [...] without the acquisition of more. And from hence it is, that Kings, whose power is greatest, turn their endeavours to the assuring it at home by Lawes, or abroad by Wars [...].*

*Competition of Riches, Honour, Command, or other power, enclineth to Contention, Enmity, and War: Because the way of one Competitor, to the attaining of his desire, is to kill, subdue, supplant, or repell the other.”* (Hobbes, 1909, p. 75)

No seu estado de natureza, no seu *jus naturale*, o Homem possui a liberdade de agir como quer e de preservar a sua natureza. Contudo, tendo em conta as características da natureza humana, onde o conflito prolifera e onde todo o ser tem direito a tudo, a segurança é impossível.

*“And because the condition of Man, [...] is a condition of Warre of every one against every one; [...] that in such a condition, every man has a Right to every thing; even to anothers boy. And therefore, as long as this natural Right of every man to every thing endureth, there can be no security to any man [...] of living out the time, which Nature ordinarily alloweth men to live.”* (Hobbes, 1909, pp. 99-100)

Hobbes acreditava que a paz e segurança eram possíveis num cenário onde o indivíduo prescindia do seu direito natural à liberdade, delegando a sua segurança no Estado.

*“That a man be willing, when others are too, as farre-forth, as for Peace, and defence of himself he shall think it necessary, to lay down his right to all things; and be contented with so much liberty against other men, as he would allow other men against himselfe.*

*[...] To lay downe a mans Right to any thing, is to devest himself of the Liberty, of hindring another of the benefit of his own Right to the same. [...] Whensoever a man Transferreth his Right, or Renounceth it; it is either in consideration of some Right reciprocally transferred to himself; or for some other good he hopeth for thereby. [...] And lastly the motive, and end for which this renouncing, and transferring of Right is introduced, is nothing else but the security of a mans person, in this life, and in the means of so preserving life, as not to be weary of it.”* (Hobbes, 1909, pp. 99-102)

A teoria do contrato social de Hobbes apresenta, desta forma, uma abordagem basilar do conceito de segurança a segundo a qual os Estados encontram-se vinculados a proteger a sua população de possíveis ameaças, independentemente da natureza ou origem destas.

Durante o período do final da Segunda Guerra Mundial até ao fim da Guerra Fria, os Estudos da Segurança focavam-se, sobretudo, com questões de âmbito militar (Williams & McDonald, 2018, p. 101) (Buzan & Hansen, *The Evolution of International Security Studies*, 2009, p. 12). Numa época predominantemente dominada pelo pensamento da Escola Realista, a segurança era encarada de uma forma unidimensional, onde o poder de um Estado era representado pela sua capacidade de exercer força militar e, também, de se defender militarmente (Kolodziej, 2005, p. 129). O clima de instabilidade internacional, proporcionado pela preocupação sobre um possível eminente confronto nuclear entre duas superpotências, justificou a limitação do foco de análise dos Estudos da Segurança (à época denominados de Estudos Estratégicos), ignorando preocupações securitárias e/ou ameaças de natureza e de origens diversas (Hough, Malik, Moran, & Pilbeam, 2015, p. 5).

Foi durante os anos 80 que começaram a aparecer abordagens distintas, tentando redefinir o conceito de segurança e expandir o foco de análise da disciplina. Jessica Mathews, em *“Redefining*

*Security*”, defende a redefinição do conceito de “segurança nacional”, argumentando pela necessidade da inclusão de problemas relacionados com os recursos, ambiente e demografia. Admite, também, a incapacidade das instituições e teorias, até então predominantes nas relações internacionais do pós-guerra, serem incapazes de se adaptar aos novos desafios transnacionais de segurança (Mathews, 1989, p. 162). A título de exemplo, Mathews demonstra particular preocupação com os problemas de segurança provenientes da sobre-exploração de recursos naturais, que se encontravam fora do âmbito de análise dos Estudos da Segurança à época (Mathews, 1989, pp. 170-173). Richard Ullman, em 1983, num artigo com o mesmo nome, acusa a política de segurança nacional americana de se restringir a um domínio predominantemente militar. À semelhança de Mathews, Ullman argumenta a existência de outros tipos de ameaças à segurança nacional que transcendem o pensamento tradicional da ameaça militar e que podem constituir um nível de periculosidade mais elevado (Ullman, 1983, p. 129). Ullman elabora, também, uma definição de ameaça, considerada pouco convencional à época:

“[...] *a threat to national security is an action or sequence of events that (1) threatens drastically and for a relatively brief span of time to degrade the quality of life for the inhabitants of a state, or (2) threatens significantly to narrow the range of policy choices available to the government of a state or to private, nongovernmental entities (persons, groups, corporations) within the state.*” (Ullman, 1983, p. 133)

Segundo Ullman, uma ameaça pode ser qualquer acontecimento/fenómeno com possibilidade de provocar danos à capacidade operacional de um Governo ou outro tipo de entidades privadas, bem como afetar negativamente a qualidade de vida dos habitantes de um estado. O objeto central desta definição não é a natureza da ameaça, mas a possibilidade e severidade do prejuízo provocado pela mesma. Além disso, o autor observa que os Estados ao admitirem somente a existência de ameaças de cariz bélico, a sua política de defesa concentrar-se-ia sobretudo no aumento da capacidade de defesa militar. Era necessário, portanto, repensar o conceito de segurança segundo o qual ter-se-ia em consideração a capacidade de um estado reconhecer diferentes tipos de ameaças e possuir meios para as combater (Ullman, 1983, pp. 138; 152-153).

Foi este problema de definição que levou Buzan, em “*People, States and Fear*”, a repensar o conceito de segurança, baseando e elaborando as suas concepções teóricas nas concepções sobre segurança do disseminado pensamento da escola realista. Neste livro, Buzan critica a limitação das abordagens ao conceito de segurança, considerando-as redutoras e pouco ambiciosas, pois focam-se somente no âmbito intraestadual e na dimensão militarística do conceito (Buzan, 1983, p. 3). Ademais, esta obra serve de base epistemológica para o que veio a ser denominado de “Teoria da Securitização”, integrando princípios construtivistas- como a identidade, percepções e ideias, na sua

definição de ameaças. Neste âmbito, Buzan aborda o que intitula de “problemas de percepção”, ou seja, a distorção de informação proveniente de percepções relativas à política de segurança dos agentes, cuja “enormidade é inerentemente impossível de conhecer na totalidade”, torna-se num problema de segurança (Buzan, 1983, pp. 227-228).

Esta teoria procede à introdução de cinco novos tipos setores de segurança: segurança política, segurança económica, segurança ecológica, segurança militar (Buzan, 1983, pp. 75-83) e segurança societal (Buzan, 1983, p. 19). Além disto, introduz o conceito de segurança multinível, ou seja, a interligação dos diferentes níveis de segurança definidos por Buzan (nível do indivíduo (nível 1), do Estado (nível 2) e do sistema internacional (nível 3)) (Buzan, 1983, pp. 13-14).

Apesar da comprovada fluidez do significado de segurança, existem alguns elementos que são transversais às diferentes formulações deste conceito. Desde a maximização infinita do poder, num sistema internacional anárquico e competitivo, para garantir a segurança e sobrevivência do Estado contra outros (Wohlforth, 2010, pp. 15-17); a segurança através da interdependência económica, democracia e cooperação interestadual dentro de organizações internacionais (Rousseau & Walker, 2010, pp. 25-29); ou, até mesmo, à segurança através da desconstrução normativa do conceito de género na sociedade contemporânea (Wibben, 2010, pp. 84-87). A segurança é, na sua mais básica conceptualização, a defesa de determinados assuntos, coisas ou valores contra certas ameaças.

## 2.2. Escola de Copenhaga e a Teoria da Securitização

A “Teoria da Securitização” foi desenvolvida a partir das contribuições de três investigadores do *Copenhagen Peace Research Institute (COPRI)*: Barry Buzan, Ole Weaver e Jaap de Wilde, culminando em 1998 no livro “*Security: A new framework for analysis*”, com o objetivo de alargar o âmbito da segurança além dos tradicionais setores militares. Para a Escola de Copenhaga, o conceito de segurança aplicado às Relações Internacionais demarca-se da terminologia do quotidiano- da “segurança social”, preferindo uma abordagem do âmbito político e militar. Nesta esfera, a segurança está intrinsecamente ligada à sobrevivência e, como tal, qualquer ameaça constitui um perigo à sobrevivência do “objeto referente” (aquele que está sob ameaça) (Buzan, Waever, & Wilde, 1998, p. 21).

Enquanto foi este livro que colocou a Teoria da Securitização numa posição proeminente na área dos Estudos de Segurança, não podemos falar na mesma sem abordar inicialmente a introdução à securitização de Waever, em “*Securitization and Desecuritization*”. A contribuição epistemológica deste estudo, datado de 1993, passa por uma crítica construtiva aos (já abordados) pressupostos delineados por Buzan em “*Peoples, States and Fear*”. Reconhecendo os diferentes setores de segurança delineados por Buzan e admitindo que todos os problemas de segurança constituem ameaças existenciais ao Estado, permanecem as perguntas: “o que está na origem do problema de segurança?” e “o que é um problema de segurança?” (Waever, *Securitization and Desecuritization*, 1995, pp. 5-6).

Segundo Waever, problemas de segurança são ocorrências de rápido desenvolvimento que ameaçam a soberania ou independência de um estado, limitando a sua capacidade de autogestão. Tamaña ameaça garante ao Estado o direito especial de aplicar quaisquer medidas necessárias para a neutralizar. O usufruto deste direito recai sobre as elites ou aqueles que detêm o poder (Waever, *Securitization and Desecuritization*, 1995, p. 6). Por sua vez, e respondendo à primeira questão, a origem destes problemas de segurança são os atos de fala (“*speech acts*”), ou seja, o ato de clamar um problema de segurança, numa área específica, que garantirá o direito especial de erradicação do mesmo. Para Waever, a “segurança” é um ato de fala, e vice-versa (Waever, *Securitization and Desecuritization*, 1995, p. 7). O contributo de Waever permite-nos chegar a uma definição embrionária do conceito de securitização, segundo o qual seria: a definição de problemas de segurança através de atos de fala, garantindo ao Estado o direito especial de eliminar a ameaça existencial.

Carecendo de alguns elementos construtivistas predominantes da conceptualização de Buzan, esta definição de securitização é aprimorada em *“Security: A new framework for analysis”*. Este livro apresenta-se como o culminar das propostas epistemológicas de Buzan e Waever, deixando-nos um derradeiro quadro teórico-conceitual e analítico. A securitização- tal como descrita neste livro e a ser aplicada nesta investigação, é o processo a partir do qual um ator ou agente define, através de um ato de fala, uma ameaça existencial a um determinado “objeto referente”. A definição de uma ameaça tem de ser validada pela “audiência”, legitimando conseqüentemente o uso de “medidas extraordinárias” para a neutralizar (Buzan, Waever, & Wilde, 1998, pp. 25-26).

*“Based on a clear idea of the nature of security, securitization studies aims to gain an increasingly precise understanding of who securitizes, on what issues (threats), for whom (referent objects), why, with what results, and not least, under what conditions (i.e., what explains when securitization is successful)”*. (Buzan, Waever, & Wilde, 1998, p. 32)

O ponto de partida deste processo é, como descrito por Waever, o “ato de fala”, cuja aplicação implica “condições facilitadoras”. Primeiramente, a condição interna ou linguística e, em segundo lugar, a condição externa ou contextual (Buzan, Waever, & Wilde, 1998, p. 32). A condição interna dita a gramática do ato de fala, onde deverão constar conceitos alusivos à “ameaça existencial”, ao “ponto de não retorno” e a uma “possível saída”, assim como dialetos específicos dos diferentes sectores de segurança em análise- como mencionar identidade no setor social, soberania no setor político ou sustentabilidade no setor ambiental (Waever, 1996). A condição externa exige que o agente securitário (que invoca o ato de fala) esteja numa posição de autoridade reconhecida pela audiência e que o problema de segurança já seja percecionado como uma ameaça pela mesma (Buzan, Waever, & Wilde, 1998, p. 33). É importante reter que o agente securitário (invocador do ato de fala) não necessita da presença de uma verdadeira ameaça existencial para clamar um problema de segurança. Este princípio remonta ao anterior pressuposto de Waever de que “segurança é um ato de fala”, na medida em que um problema de segurança existe desde que haja um ato de fala e qualquer assunto dentro dos sectores de segurança supramencionados pode constituir uma ameaça existencial- real ou fabricada (Buzan, Waever, & Wilde, 1998, p. 24).

Ademais, é de notar que a mera aclamação de uma ameaça existencial a um objeto referente, cuja legitimação e confirmação pela audiência é ausente, é considerado um ato securitizador- não constitui securitização (Buzan, Waever, & Wilde, 1998, p. 25). A securitização não pode ser imposta. Neste âmbito, Buzan apresenta a securitização como uma fase mais avançada de politização, dentro de um espectro de problemáticas que engloba assuntos não politizados, assuntos politizados a, finalmente, assuntos securitizados. Ou seja, onde a politização é o reconhecimento de um problema

que necessita de intervenção governamental; a securitização é a elevação desse problema à condição de ameaça existencial (Buzan, Waever, & Wilde, 1998, pp. 23-24). Contudo, esta vertente de segurança que, instrumentalizando a subjetividade do que poderá ser considerado uma “ameaça existencial”, empessa uma elite a ultrapassar as barreiras da “política regular”<sup>1</sup> ao legitimar o recurso a medidas extraordinárias, demonstra um fracasso da “política regular” em lidar com problemas inerentes à atividade política (Buzan, Waever, & Wilde, 1998, p. 29). Por um lado, a Escola de Copenhaga providencia um mecanismo que permite a rápida priorização, identificação e análise de um problema, bem como a capacidade de o resolver com urgência; por outro, este mecanismo configura-se pouco democrático e facilmente instrumentalizável.

A polarização académica não só é algo comum como desejável ao desenvolvimento académico. Tal como Waever inicialmente criticou algumas das propostas teóricas de Buzan, a Escola de Copenhaga deparou-se, também, com algumas críticas à nova teoria da securitização. McDonald, em *“Securitization and the construction of security”*, apresenta um conjunto de críticas à Escola de Copenhaga e às diversas interpretações da teoria da securitização, focando-se sobretudo na implementação do ato de fala. Neste âmbito, destacam-se as crítica ao foco desproporcional da teoria no papel performativo do ato de fala, ao invés das condição que perfazem a securitização; à inadequação da divisão sectorial dos problemas de segurança no contexto em que se inserem; à incapacidade da Escola de Copenhaga em reconhecer que os setores de segurança não são estanques, podendo um agente securitário securitizar um objeto referente que se enquadra em setores distintos; e, por fim, à carência de especificação sobre o papel do público além do descrito “papel de confirmação” ou legitimador (McDonald, 2008, pp. 570-572).

### 2.3. Setores de Segurança

Os setores de segurança fazem parte do quadro teórico-conceptual da Escola de Copenhaga. Porém, a sua importância no enquadramento da aplicação da teoria e neste projeto implica um aprofundamento detalhado.

Foi Buzan, em *“Peoples, States and Fear”*, que introduziu os setores de segurança como uma forma de alargar o âmbito do conceito de segurança para fora da esfera tradicional da segurança política e militar. Estes setores contemplam novos tipos de ameaças existenciais a um objeto referente e, como tal, diferentes dinâmicas de segurança. O objeto referente é, por conseguinte,

---

<sup>1</sup> Em “Security: A new framework for analysis”, a “política regular” é um termo utilizado para caracterizar procedimentos políticos regulares, ou seja, que não constituem “medidas extraordinárias”.

enquadrado dentro de uma dinâmica de segurança relativa a um dos delineados setores de segurança (Buzan, Waever, & Wilde, 1998, p. 1).

Os setores de segurança em destaque serão aqueles cuja análise irá recair, fazendo-se notar, por conseguinte, a ausência do setor ecológico pois consideramos que esta dinâmica de segurança encontra-se fora do âmbito de estudo desta investigação.

### **2.3.1. Segurança Militar**

No setor militar, de acordo com uma visão mais tradicionalista da segurança, o Estado é o objeto referente mais importante e as elites políticas são o agente securitário mais relevante. Problemas de segurança de âmbito militar sucedem de processos internos e externos relacionados com a manutenção da governação e soberania. A agenda de segurança militar trata sobretudo da capacidade dos governos se precaverem contra ameaças internas e externas, assim como a utilização de poder militar para defender o Estado contra ameaças existenciais não militares (Buzan, Waever, & Wilde, 1998, pp. 49-50).

Movimentos separatistas, revoluções, organizações criminais configuram-se comuns exemplos de ameaças internas. Nestes casos, a segurança militar foca-se na manutenção da paz social, da integridade territorial e da máquina governativa. Por sua vez, ameaças externas que possam colocar em causa a manutenção do estado e da sociedade implicam uma política de segurança focada na dinâmica de equilíbrio militar entre a força ofensiva e as capacidades defensivas (Buzan, Waever, & Wilde, 1998, pp. 50-51).

A imigração, por exemplo, pode constituir um problema de segurança que, dentro do setor militar, terá o estado como objeto referente caso seja percecionada como uma ameaça existencial à integridade territorial do mesmo.

### **2.3.2. Segurança Económica**

O setor económico é igualmente rico em agentes securitários e objetos referentes, variando de indivíduos, passando por classes sociais e estados até ao abstrato e complexo sistema do mercado global (Buzan, Waever, & Wilde, 1998, p. 100). A segurança económica pauta-se pelo debate entre diversas abordagens distintas sobre os interesses securitários do estado e sociedade contra o mercado. Nas abordagens que priorizam o mercado- como o Liberalismo e o Mercantilismo, o estado existe para garantir a liberdade e mobilidade económica. Nas abordagens que priorizam a sociedade, o estado existe como limitador da atividade económica ou atua em favorecimento de medidas sociais que atenuam o impacto do mercado na sociedade (Buzan, Waever, & Wilde, 1998, pp. 95-96).

A relação entre imigração e segurança foca-se sobretudo nos impactos socioeconómicos que esta abarca sobre os países recetores, desde a estagnação de salários, as contribuições para a economia nacional, às pressões sobre o estado social (Castles & Miller, 1998, pp. 217-216).

### 2.3.3. Segurança Política

A segurança política delibera sobre a “estabilidade organizacional das ordens sociais”, cuja preocupação principal são ameaças não militares à soberania do estado. Segundo Buzan, pressões políticas sobre um governo e disrupção do ambiente político do estado são consideradas ameaças políticas. O Estado, as instituições e a identidade nacional são frequentemente o alvo deste tipo de ameaças e, como tal, qualificam-se como os “objetos referentes” deste setor (Buzan, Waever, & Wilde, 1998, p. 141).

Waever em “*Identity, Migration, and the new security agenda in Europe*” argumenta que a migração<sup>2</sup> pode provocar problemas de segurança sobretudo devido à incapacidade da máquina política dos estados em lidar com o fenómeno (Waever, 1995, p. 149). O êxodo da população da Alemanha Oriental para a Áustria em julho e agosto de 1989, que precipitou a decisão da República Democrática da Alemanha em abrir as suas fronteiras ocidentais levando, conseqüentemente, à queda do seu governo e à extinção do estado, configura-se um exemplo de como a imigração pode-se transformar num problema de segurança política (Weiner, 1992, p. 91).

Outros exemplos menos extremados consistem na transformação de requerentes de asilo em problemas de segurança para a proteção fronteiriça de um estado que não se encontre preparado os absorver; possíveis tensões diplomáticas entre o país de acolhimento e o país de origem, provocadas por refugiados políticos; exclusão social de comunidades de imigrantes causada por más políticas de integração poderão levar a movimentos de insurgência; e a criação organizações políticas antirregime, como grupos terroristas (Weiner, 1992, pp. 109-110).

### 2.3.4. Segurança Societal

Dentro da Escola de Copenhaga, a segurança societal apresenta um quadro teórico bastante distinto dos demais setores de segurança, tendo sido inicialmente introduzida por Ole Weaver e, posteriormente, expandida por Barry Buzan. O que torna a segurança societal tão peculiar é o seu foco na identidade e a separação do Estado e da sociedade em objetos referentes distintos (Buzan, Waever, & Wilde, 1998, p. 119).

---

<sup>2</sup> No sentido abrangente inclui migrantes legais, ilegais, temporários, permanentes ou com outro tipo de estatuto ou situação no país de acolhimento.

Waever divide a segurança societal em três abordagens: a tradicional focada no estado; a dos estudos críticos de segurança; e a do ato de fala. Segundo uma abordagem tradicional onde o estado assume preponderância, a segurança societal implica proteger o estado contra ameaças provenientes da instabilidade social ou num cenário onde a sociedade se encontra numa posição antagónica ao estado. Uma abordagem dos estudos críticos, focada em ampliar o conceito de segurança, vê a segurança societal como um instrumento de debate teórico sobre as causas da insegurança<sup>3</sup>. A última abordagem procura estudar os contextos que conduzem à securitização de assuntos relacionados com a identidade, assim como os mecanismos utilizados pela sociedade para lidar com esses mesmos assuntos. Esta é a abordagem preferida de Waever e, por conseguinte, a que possui maior desenvolvimento e bagagem académica (Waever, 1995, p. 14).

Assim, a segurança societal corresponde à capacidade de uma sociedade em resistir a ameaças à sua identidade (Waever, 1993, p. 23). A sociedade é uma estrutura composta por diversas coletividades (grupos) de indivíduos que partilham ideias, interesses e uma identidade social, isto é, um sentimento subjetivo de pertença e união coletiva cujo individuo considera importante proteger (Waever, 1993, p. 21). A identidade social não existe somente em grandes coletividades identitárias como a nação, mas também em grupos sociais mais pequenos, como a família, comunidades locais e grupos religiosos. São estes grupos que, mantendo as suas características individuais, constroem entre si uma ponte de valores comuns que perfazem a sociedade e a partir dos quais são edificadas as instituições legais, económicas e sociais do Estado. Em suma, a segurança societal preocupa-se, sobretudo, com a sustentabilidade dos elementos que constituem a identidade social e com as ameaças a essa identidade (Waever, 1993, p. 23).

Em “Security: A New Framework For Analysis” estão presentes algumas contribuições de Buzan relativas a este setor de segurança que são de extrema relevância para esta investigação. É de notar que este setor apresenta algumas similitudes com o setor político visto que ambos se preocupam com ameaças à ordem social e à identidade nacional. Contudo, o foco do setor político recai sobre o estado, o sistema de governo e as ideologias que garantem a legitimidade do mesmo. Além disso, ainda que as ameaças que configuram problemas de segurança no setor societal são, de igual forma, similares às do setor político, acabam por produzir efeitos diferentes. A migração é um desses casos: é um problema político quando põe em causa a operacionalidade das instituições políticas de um

---

<sup>3</sup> Por exemplo, num debate sobre as implicações securitárias da imigração, um discurso sobre a segurança societal poderia tanto ser utilizado para legitimar posições anti-imigração como para desconsiderar preocupações securitárias sobre o assunto.

estado; e é um problema societal quando ameaça a identidade social de um grupo (Buzan, Waever, & Wilde, 1998, pp. 119-121).

Desta forma, a segurança societal permite-nos focar num grupo identitário e delinear os desafios de segurança percebidos por esse grupo no âmbito da identidade e migração, articulando com o resto do quadro teórico da teoria da securitização. Segundo Waever, a segurança societal permite, também, identificar fraquezas nas políticas de integração europeia no que trata as reações adversas que este tipo de políticas cria na sociedade europeia; e contribui para com o objetivo principal da Escola de Copenhaga- o alargamento dos estudos da segurança- ao focar-se no paradigma social e identitário, providenciando um objeto referente distinto do estado (Waever, 1993, p. 186).

### **3. A migração no paradigma dos Estudos de Segurança**

A migração é um conceito central nesta investigação, tendo sido já anteriormente mencionado e enquadrado nos setores de segurança supramencionados. Com o conceito de segurança já devidamente definido e teoricamente contextualizado, torna-se essencial aprofundar o tema da migração, de forma a estabelecer uma relação sólida entre os dois domínios.

Não existe uma definição universal de migração ou migrante no direito internacional. Para efeitos desta análise, aplicaremos a definição das Nações Unidas, segundo a qual a migração é “uma palavra utilizada para designar pessoas que se deslocam por opção, e não para escapar a conflitos ou perseguição, geralmente através de uma fronteira internacional” (UNHCR). A migração, enquanto fenómeno complexo com motivações variadas e distintas implicações securitárias, abarca diferentes conceitos e terminologias que são frequentemente utilizados erroneamente tanto na comunicação social, como em qualquer outra circunstância de comunicação formal ou informal. A definição clara destes conceitos é essencial dado a frequente instrumentalização política de que são alvo.

Elsbeth Guild argumenta que a migração deve ser entendida no âmbito mais amplo da categoria de “estrangeiro”, sendo a partir desta demarcação inicial que lhe são atribuídos rótulos com implicações normativas e securitárias. Assim, o próprio uso da palavra “migrante” pode, dependendo do contexto sociopolítico, carregar automaticamente uma conotação de ameaça (Guild, 2009, p. 14). A primeira distinção relevante dentro desta categoria passa pela separação entre migrantes regulares e irregulares. Um migrante regular é alguém que cumpre com os requisitos formais para permanecer no território de um estado, ao passo que um migrante irregular é aquele que não cumpre com os

mesmos critérios. No caso de a entrada no território ter sido efetuada de forma sub-reptícia, sem contacto com as autoridades do estado onde permanece, é atribuída a classificação de imigrante clandestino, na qual integram aqueles que entraram de forma legal, como por exemplo com visto turístico, mas permaneceram no território além do período legal permitido (Guild, 2009, pp. 14-16).

Outras subcategorias relevantes no discurso político e jurídico incluem os “migrantes económicos”, os “requerentes de asilo” e os “refugiados”. A importância destes rótulos pauta-se pela crescente politização dos mesmos. Num contexto onde os estados que se afiguram destino migratório preferencial, ou que por outros motivos preferem uma política de retração da imigração, a narrativa política adota estratégias que procuram desvalorizar estes rótulos na expectativa de que tal resulte em alterações da política do estado. Uma das estratégias mais recorrentes consiste na criação de hierarquias dentro destas categorias, através da divisão dos rótulos em níveis de legitimidade e da imposição de barreiras burocráticas ao seu acesso. Por exemplo, o rótulo de migrante económico é frequentemente mobilizado para descredibilizar determinados perfis de migrantes, com base na sua motivação para imigrar- nomeadamente à procura de melhores condições laborais. Subentende-se, portanto, que este tipo de migrante possui um interesse meramente utilitário e económico, não demonstrando uma predisposição para a integração social ou cultural, o que o transforma, de acordo com a narrativa política dominante, num potencial problema de segurança societal (Zetter, 2007, pp. 180-183). Por sua vez, a distinção entre refugiados e requerentes de asilo revela uma clara hierarquização da legitimidade das deslocações. Os primeiros são considerados “genuínos”, beneficiando do estatuto de proteção consagrado no direito internacional. Já os segundos são frequentemente remetidos para uma categoria inferior, com acesso limitado a direitos e garantias- não necessariamente em função das características específicas da sua situação, mas do estatuto jurídico e político que lhes é atribuído. Esta desvalorização reflete-se na concessão indevida de proteção temporária que respeita o espírito da Convenção de Genebra relativa ao Estatuto dos Refugiados (Zetter, 2007, pp. 181-182).

Esta estratificação do migrante e politização do mesmo por parte do estado recetor é indicativo de que, além dos desafios impostos por uma sociedade globalizada ou provenientes de contextos geopolíticos turbulentos, a securitização da imigração depende, também, da capacidade das instituições e dos mecanismos burocráticos do estado recetor conseguir dar resposta ao influxo de novas pessoas. A relativa confusão provocada pela atribuição de rótulos de forma arbitrária demonstra precisamente a incapacidade dos governos em criar políticas migratórias adequadas à capacidade de acolhimento do seu estado (Zetter, 2007, p. 183). Waever reitera este argumento defendendo que a percecionada ameaça que poderá resultar do fenómeno migratório depende da

forma de “como números relativos interagem com as capacidades absorventes e adaptativas da sociedade” de acolhimento (Waever, 1993, p. 45).

Neste âmbito, dentro da Escola de Copenhaga, o setor da segurança societal explora os processos de construção de ameaças, no qual esta politização de rótulos se insere, reconhecendo o papel das instituições, dos agentes estatais e dos valores sociais que constituem a sociedade. Pode ser argumentado que o fenómeno migratório tem um elevado potencial transformativo da sociedade nos seus domínios étnicos, culturais e linguísticos, levando a uma certa instabilidade social interna apelidado por Waever de “insegurança societal” (Waever, 1993, pp. 17-40).

Numa perspetiva realista, positivista, a migração afigura-se um problema de segurança a partir do momento em que coloca em causa a soberania do estado através, por exemplo, do enfraquecimento das suas fronteiras ou do aumento da criminalidade. A escola realista assume, também, que os fluxos migratórios podem ser utilizados como um meio (“arma”) de um estado para alcançar um objetivo político, exercendo pressão sobre estados vizinhos (Weiner, 1992, pp. 97-100) (Adamson, 2006, p. 178). Esta abordagem, que considera o Estado o agente e o objeto referente da segurança, demarca-se da perspetiva pós-positivista construtivista da Escola de Copenhaga que, não só admite o Estado como objeto referente, como também interpreta a segurança como uma construção social, explorando o processo de construção de ameaças e os seus efeitos.

## **4. A Questão migratória europeia**

Este capítulo procura providenciar a contextualização necessária para a análise do caso em estudo, focando-se na evolução da política migratória europeia e na “crise” migratória europeia segundo a perspetiva húngara.

### **4.1. A evolução da política migratória europeia: de Maastricht a Dublin III**

As bases da política migratória europeia remontam ao Tratado de Maastricht em 1993 que, através do terceiro pilar da Justiça e Assuntos Internos, prometeu a criação de uma política comum de migração e asilo (Parlamento Europeu). Em 1995, a entrada em vigor do Acordo de Schengen não só providenciou a abolição de fronteiras entre estados-membro, como também introduziu mecanismos de controlo de fronteiras externas e de cooperação no combate à imigração ilegal (Papagianni, 2006, pp. 111-118). A Convenção de Dublin de 1990, que entrou em vigor em 1997, veio criar o “Sistema de Dublin” que determina qual o Estado responsável pela análise dos pedidos

de asilo, bem como respetivos critérios de análise baseados na reunificação familiar e documentação (Dinan, Nugent, & Paterson, 2017, p. 110). Este sistema tinha dois objetivos: impedir o chamado “*asylum shopping*”, segundo o qual requerentes de asilo submeteriam diversos pedidos em vários estados de acolhimento em simultâneo, aumentando a hipótese de haver um estado que os acolha; e o “requerente de asilo em órbita”, segundo o qual os estados-membros evitariam responsabilizar-se pelos pedidos de asilo, retardando o acesso à devida proteção (Hurwitz, 1999, pp. 646-649).

O Tratado de Amesterdão de 1999 pode ser considerado o primeiro instrumento de política migratória europeia visto que transferiu a política migratória e de asilo do terceiro pilar (cooperação no ramo da justiça e assuntos internos), para o primeiro pilar (comunidade europeia). Com esta transferência, a adoção e legislação de leis sobre a imigração e o asilo passam a ser da competência das instituições europeias (Niessen & Guild, 2012, pp. 9-10). No mesmo ano, a reunião do Conselho Europeu em Tampere, Finlândia, procurou novamente a consolidação de uma política de migração e asilo comum, fundando o Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA), que viria a definir a política de migração e asilo da UE até 2016 (European Parliament, 1999). Como parte da SECA, foi adotado o Segundo Regulamento de Dublin, substituindo o anterior, e o Regulamento EUODAC que permite a identificação biométrica de todos os requerentes de asilo e imigrantes ilegais, permitindo a sua identificação sem recurso a documentos de identificação (Dinan, Nugent, & Paterson, 2017, pp. 110-111). Foi igualmente criada uma diretiva de proteção temporária para lidar com grandes influxos de refugiados, no qual os Estados-Membros partilhariam a responsabilidade de acolhimento (European Council, 2001).

Em 2013 o sistema de Dublin foi novamente revisto com o objetivo de providenciar mais proteções aos refugiados e requerentes de asilo, mantendo o princípio dos anteriores regulamentos segundo os quais o requerente de asilo tem de permanecer no primeiro estado-membro que o acolhe e identifica (EU Home Affairs).

## **4.2. A reforma do SECA e o Novo Pacto de Migração e Asilo**

Entre 2015 e 2016, a União Europeia registou cerca de 1.8 milhões de travessias irregulares nas suas fronteiras externas. O enorme influxo de refugiados e imigrantes irregulares provenientes sobretudo do Médio Oriente (especificamente da Síria) e do norte de África expôs as fraquezas do SECA e do sistema de Dublin e empurrou a discussão da política migratória e de asilo para o topo das prioridades dos Estados-Membro (Consilium, 2025). O sistema de Dublin não foi desenhado para garantir uma partilha sustentável das responsabilidades de acolhimento dos requerentes de asilo

e os sistemas criados para colmatar grandes influxos migratórios (a diretiva de proteção temporária e a posterior Agenda Europeia para a Migração<sup>4</sup>), revelaram-se ineficazes. A responsabilidade de acolhimento permanecia a cargo dos estados de primeiro contacto como a Grécia, Itália, Espanha, Hungria e Áustria (Bauerová, 2018, p. 111). Ademais, o problema do “*asylum shopping*” assumiu outras dimensões. Não eram incomuns os casos em que migrantes recusavam ser identificados no primeiro país de acolhimento, seguindo subseqüentemente para o Estado-Membro de preferência. Estes movimentos secundários levaram diversos estados a reintroduzir controlos fronteiriços e a tomar medidas unilaterais (COM(2016)197).

Em novembro de 2015, o governo sueco anunciou alterações à lei de asilo na tentativa de reduzir o número de requerentes de asilo a tentarem entrar no país. Limitaram o direito à reunificação familiar a somente refugiados e família imediata; limitaram as concessões de vistos de residência permanente à capacidade de autossuficiência do país; e reduziram a duração de vistos de residência para 3 anos para refugiados (Fratzke, 2017, pp. 8-10). O governo alemão restringiu a reunificação familiar para pessoas com proteção subsidiária<sup>5</sup> e deixou de considerar pedidos de asilo de países como Kosovo, Albânia e Montenegro (Euronews, 2015). O governo dinamarquês introduziu um pacote legislativo com 34 medidas com o objetivo de reduzir o influxo de requerentes de asilo no país ao torná-lo um destino menos desejável. Outra medida previa a apreensão de bens pertencentes aos requerentes de asilo (Hartmann & Tan, 2016).

Face a este cenário, a Comissão Europeia propôs, em 2016, dois pacotes de reformas ao Sistema Europeu Comum de Asilo, com o objetivo de equilibrar a responsabilidade e a solidariedade entre os países da União para com os pedidos de asilo e harmonizar as políticas existentes. O primeiro pacote visou reformar novamente o sistema de Dublin introduzindo um mecanismo segundo o qual requerentes de asilo seriam distribuídos por outros Estados-Membro caso o estado onde foi estabelecido o primeiro contacto estivesse sobrelotado. Os Estados-Membro teriam, também, de pagar 25.000 euros por cada pedido recusado (COM(2016)197). O segundo pacote teve como missão a reforma da Diretiva Condições de Receção, a reforma do Regulamento sobre os Procedimentos de Asilo e a reforma da Diretiva Qualificação (Radjenovic, 2024). Contudo, apesar destas propostas da Comissão Europeia, o Conselho da União Europeia não conseguiu chegar a um consenso sobre a reforma do sistema de Dublin e do Regulamento sobre os Procedimentos de Asilo (Migration and Home Affairs). O Grupo de Visegrado demonstrou-se veementemente oposto ao novo mecanismo

---

<sup>4</sup> Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a «Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões — Agenda Europeia da Migração» em [EUR-Lex - 52015AE4319 - EUR-Lex](#)

<sup>5</sup> Proteção subsidiária é a proteção internacional para requerentes de asilo que não preenchem as condições para serem considerados refugiados.

de solidariedade tendo, em 2016, apresentado uma alternativa na forma de um mecanismo de solidariedade “flexível”, que veio a ser considerado pela Comissão e implementado no NPMA (Végh, 2016).

Em setembro de 2020 a Comissão Europeia anunciou a proposta de criação de um Novo Pacto de Migração e Asilo (NPMA) juntamente com nove instrumentos focados na construção de um sistema de migração e asilo mais humanista, eficaz e resiliente (EUAA, 2022). O NPMA é organizado em 4 pilares: segurança das fronteiras externas; procedimentos rápidos e eficazes; sistema de solidariedade eficaz e responsável; e integração da migração em parcerias internacionais. Dentro destes pilares, o NPMA apresenta soluções para os mecanismos que até então provocaram maior discórdia entre os Estados-Membro: o sistema de Dublin e o mecanismo de solidariedade. Como tal, o Pacto procede com a abolição do sistema de Dublin, substituindo-o por um sistema de triagem de requerentes de asilo prévio à sua entrada no país. Reforma igualmente os anteriores sistemas de “distribuição solidária”, optando por um “quadro de solidariedade permanente” segundo o qual os Estados-Membro escolhe o seu instrumento de solidariedade- entre recolocações, contribuições financeiras, apoio operacional- não sendo imposta a obrigatoriedade de abrigar requerentes de asilo e refugiados nos seus territórios (Migration and Home Affairs, 2024) (Bendel, 2021, pp. 251-253).

Após a votação no Parlamento Europeu em abril de 2024 e adoção em maio do mesmo ano, o NPMA encontra-se em fase de implementação, tendo entrado em vigor a 11 de junho de 2024.

### **4.3. A questão migratória no contexto húngaro**

Em 2010, Victor Orbán e o seu partido Fidesz- União Cívica Húngara, obteve a sua primeira vitória numa eleições parlamentares. Encabeçando o novo governo e com a oposição fragmentada, Orbán instrumentalizou a linguagem para criar uma narrativa política marcada pelo populismo eurocético numa dinâmica de “eles contra nós”, segundo a qual o “eles” eram as instituições europeias e a “elite política e corrupta de Bruxelas” e o “nós” era o povo húngaro. Fundamental para cimentar esta narrativa foi a revisão constitucional, a 18 de abril de 2011, de uma constituição que era, alegadamente, fortemente influenciada pelas leis europeias. O discurso, até então, consistia no fortalecimento da ideia da independência do povo húngaro face aos “burocratas” da União Europeia (Csehi & Zgut, 2020, pp. 6-7). Tendo ganho novamente as eleições parlamentares em 2014, o partido Fidesz viu a sua posição dominante enfraquecida, tendo perdido alguma representação parlamentar (Györi, 2015). Neste contexto, a “crise” migratória, ou de refugiados, que abalou o continente

Europeu em 2015, foi instrumentalizada para a criação de novas narrativas políticas que se fazem valer dez anos depois.

Aquando da “crise” migratória, entre todos os países europeus, a Hungria registou, em 2015, o maior número de pedidos de asilo por cada cem mil pessoas, a maioria proveniente de países não europeus. A resposta imediata do governo húngaro foi o início de um processo de securitização visando a imigração como uma ameaça existencial ao povo húngaro. Uma ameaça de âmbito económico- *“If you come to Hungary, you cannot take our jobs”* (Office of the High Commissioner for Human Rights, 2015); societal- *“We shouldn’t forget that the people who are coming here grew up in a different religion and represent a completely different culture. Most are not Christian, but Muslim [...]. Or is it not worrying that Europe’s Christian culture is already barely able to maintain its own set of Christian values?”* (Karnitschnig, 2015); militar- *“All of them present a security threat because we don’t know who they are. If you allow thousands or millions of unidentified persons into your house, the risk of...terrorism will significantly increase.”* (Kaminski, 2015); e político- *“We do not want to see a significant minority among ourselves that has different cultural characteristics and background. We would like to keep Hungary as Hungary,”* (Reuters, 2015).

Aquando do aumento exponencial dos pedidos de asilo, em 2015, o governo de Orbán lançou uma campanha de publicidade anti-imigração com mensagens escritas em húngaro, claramente direcionadas para o povo húngaro, com mensagens<sup>6</sup> de alerta para os imigrantes (Thorpe, 2015). No verão do mesmo ano, o governo húngaro passou nova legislação com o objetivo de combater o percecionado problema da imigração. O Decreto Governamental 191/2015 (VII.21) consta com uma lista de países seguros de origem<sup>7</sup> e países terceiros<sup>8</sup>, entre os quais se encontram a Bósnia e Herzegovina, Kosovo e Sérvia (National Legislative Bodies / National Authorities, 2016). A promulgação deste decreto determina que estes países, que ainda estão em processo de adesão à União Europeia e alegadamente não reuniam as condições necessárias para serem considerados países seguros ((UNHCR), 2018)), passam a ser considerados países seguros e, consequentemente, a Hungria não terá responsabilidade de acolher requerentes de asilo no seu território. Posteriormente,

---

<sup>6</sup> Mensagens como *“Ha magyarszágra jössz, nem veheted el magyarok munkáját”* (“se vieres para a húngria, não ocupes os empregos dos húngaros”).

<sup>7</sup> De acordo com o Ato LXXX capítulo I alínea h, adotado pelo Governo da Hungria em 2007, o “país seguro de origem” é o país previsto numa lista na qual constam os países de origem seguros aprovados pelo Conselho da União Europeia ou na lista nacional aprovada por um Decreto Governamental; fazem parte desta lista países onde presumivelmente os requerentes de asilo não sofrem de perseguição geral, atentados à liberdade e ameaças de violência generalizada (National Legislative Bodies / National Authorities, 2008)

<sup>8</sup> De acordo com o Ato LXXX capítulo I alínea i, adotado pelo Governo da Hungria em 2007, o “país terceiro” é o país sobre o qual a autoridade para os refugiados reconhece que o requerente será tratado de acordo com uma série de princípios em linha com a Convenção de Genebra, salvaguardando a segurança dos requerentes e os seus direitos fundamentais (National Legislative Bodies / National Authorities, 2008)

foram efetuadas revisões à Lei do Asilo (Ato LXXX 2007) que permitiram a construção de uma barreira na fronteira com a Sérvia<sup>9</sup> (e posteriormente com a Croácia); a imposição de um estado de emergência (Lei CXL); e o aumento dos poderes das forças armadas para impedir danos causados à barreira (Lei CXLII) (Beger, 2023, p. 196).

Ora, visto que a maioria dos requerentes de asilo e movimentos migratórios eram provenientes da Sérvia, estas medidas foram extremamente eficazes em reduzir os fluxos migratórios para a Hungria. Apesar do súbito incremento do número de pedidos de asilo durante o primeiro semestre de 2015, o estatuto de refugiado foi somente atribuído a 15% dos requerentes nesse ano. Os meses seguintes registaram um decréscimo acentuado do número de pedidos de asilo devido à construção de uma barreira na fronteira com a Sérvia em setembro de 2015. O que os dados claramente demonstram é que a Hungria nunca foi o destino principal dos fluxos migratórios visto que 98% dos processos de imigração foram extintos devido à ausência dos que começaram o processo em primeiro lugar. A Hungria nunca esteve verdadeiramente ameaçada pela imigração ou pelos refugiados pois seria apenas um país de paragem ou de trânsito, caso contrário, se tivesse sido realmente um local apetecível para os refugiados e imigrantes, o encerramento da fronteira terrestre não teria sido suficiente para impedir a entrada de quem procurou o país para viver (Juhász, Molnár, & Zgut, 2017, pp. 9-14) e (Erdal, 2023, pp. 70-71). Objetivamente, a “crise” migratória para a Hungria começou e acabou em 2015, ainda que a sua predominância no discurso político faça parecer o contrário. Tal é evidenciado por este gráfico (Figura 1), onde podemos notar que o aumento exponencial de requerentes de asilo entre 2010 e 2015 sobre uma quebra acentuada nos anos seguintes de 2016 e 2017.

---

<sup>9</sup> Ato CXXVII de 2015 sobre a revisão das leis relativas à migração e ao estabelecimento de uma barreira de segurança temporária (National Repository of Legislation, 2015)

**Table 1 Hungary- Evolution of number of asylum applicants, persons with refugee, subsidiary protection and admission status<sup>39</sup> 2010-2016 (Number of persons)**

| Year                  | Asylum-applicants in the year (1) | First-time applicants (2) for international protection | Persons with refugee status received in the given year (3) | Persons with Subsidiary protection status received in the given year (3) | Persons with admitted (tolerated) status received in the given year (3) |
|-----------------------|-----------------------------------|--|--|--|---|
| 2010                  | 2 104                             | ...  | 83   | 132  | 58  |
| 2011                  | 1 693                             | ...  | 52   | 139  | 14  |
| 2012                  | 2 157                             | ...  | 87   | 328  | 47  |
| 2013                  | 18 900                            | 18 565   | 198  | 217  | 4   |
| 2014                  | 42 777                            | 41 215   | 240  | 236  | 7   |
| 2015                  | 177 135                           | 174 435  | 146  | 356  | 6   |
| 2016                  | 29 432                            | 28 215   | 154  | 271  | 7   |
| 2010-2016 total       | 274 198                           |  | 960  | 1 679  | 143   |
| 2017 January-June (4) | 1 979                             |  | 46   | 275  |   |

*Figura 1 Hungria- Evolução do número de requerentes de asilo, pessoas com estatuto de refugiado, proteção subsidiária e admissão 2010-2016 (Número de pessoas) (Directorate-General for Internal Policies, 2017, p. 47)*

## 5. Metodologia

Este capítulo apresenta o enquadramento metodológico desta investigação, os parâmetros de análise e a operacionalização da investigação, de acordo com o quadro teórico e a metodologia em vigor. Em primeiro lugar, serão abordadas as características da análise crítica de discurso, seguida de uma explanação da complementaridade entre os quadros metodológicos e teóricos nesta investigação. Serão igualmente abordados os procedimentos metodológicos adotados, incluindo a tipologia dos dados obtidos e a sua proveniência.

### 5.1. A Análise de Discurso como método

A análise de discurso faz parte de uma área de estudos que agrega diversas disciplinas desde a linguística à antropologia, filosofia, psicologia ou até inteligência artificial. Esta multidisciplinariedade não só dificulta a devida utilização desta metodologia em estudos de caso adequados à sua aplicação, como também resulta na mais diversa coleção de definições atribuídas a esta metodologia dependendo da área de especialização do investigador (SCHIFFRIN, TANNEN, & HAMILTON, 2015, pp. 1-3). Posto isto, utilizando a definição de Halperin e Heath em “Political Research: Methods and Practical Skill”, a análise de discurso é uma metodologia de análise qualitativa, interpretativa e construtivista, que procura explorar as formas de como os discursos legitimam e influenciam práticas sociais e instituições. É interpretativa porque parte do princípio de que as ações dos indivíduos são guiadas pelas suas crenças, valores e ideologias, sendo essencial compreender o significado que esses indivíduos atribuem às suas ações para se entender o seu comportamento político. Por sua vez, é construtivista porque pressupõe que o significado que os indivíduos dão às suas ações é socialmente e discursivamente construído (Halperin & Heath, 2020, pp. 310-311).

“O objetivo da análise do discurso não é, portanto, apenas revelar significados através de uma análise da linguagem e do discurso que empregamos nas nossas interações, mas descobrir como as práticas discursivas constroem significados através da produção, disseminação e consumo de várias formas de textos, incluindo registos escritos formais, programas de televisão, anúncios e romances” (Halperin & Heath, 2020, p. 311)

Por outras palavras, a análise de discurso vê o discurso como co-constitutivo do mundo social, examinando a forma de como a realidade é produzida através da linguagem (Phillips & Hardy, 2020, p. 6). Neste âmbito, os discursos são conjuntos de ideias, conceitos e categorias através das quais é produzido significado, enquadrado num determinado contexto histórico onde são reproduzidos, de forma oral ou escrita e através de diversos meios de comunicação (Halperin & Heath, 2020, p. 309).

A análise de discurso transcende as outras metodologias de análise textual<sup>10</sup>, como a análise de narrativas ou análise conversacional, pois não só aborda os processos de construção de discursos e narrativas, como também procura averiguar os efeitos desses discursos e narrativas na realidade social e política (Phillips & Hardy, 2020, p. 6).

## 5.2. Análise Crítica de Discurso como metodologia

Segundo a interpretação de Halperin e Heath, existem três metodologias de aplicação da análise crítica de discurso: a teoria do ato de fala; a teoria do pós-estruturalismo de Foucault; e a análise crítica de discurso (ACD) (Halperin & Heath, 2020, p. 311). Nesta investigação é dada preponderância à ACD, uma metodologia que olha para a linguagem como prática social e que explora o contexto da sua utilização, focando-se na relação entre a linguagem e o poder, com o objetivo de investigar desigualdades sociais legitimadas, expressadas, constituídas e sinalizadas pela linguagem ou discurso (Wodak & Meyer, 2006, pp. 1-2). Entre os diversos académicos que expandiram e dissertaram sobre a ACD, Norman Fairclough é aquele a partir do qual a metodologia deste trabalho será desenvolvida.

Para Fairclough, a linguagem é constituída por identidades sociais, relações sociais, crenças e sistemas de conhecimento, onde cada “texto” contribui para reproduzir e manter cada um destes elementos da sociedade ou transformá-los. Isto é alusivo à supramencionada interpretação do significado de “discurso” de Phillips e Hardy, na medida em que tanto o discurso como a linguagem são co-constitutivos do “mundo social” (Fairclough, *Media Discourse*, 1995, pp. 54-55). O componente “crítico” da ACD deve-se ao seu âmbito de análise que procura sistematicamente explorar relações de causalidade entre práticas discursivas e estruturas, relacionamentos ou processos sociais e culturais. Ademais, a ACD investiga a influência mútua entre as práticas discursivas e as relações de poder. Fairclough reconhece que nem sempre os agentes envolvidos nas práticas discursivas estão conscientes da influência que estas exercem sobre a ideologia ou o poder, ainda que o ato de securitização é deliberado, propositado e despoletado pela prática discursiva (Fairclough, 1995, pp. 132-133).

A investigação segundo a análise crítica de Fairclough está dividida em duas dimensões principais: os eventos comunicativos e a ordem de discurso. Os eventos comunicativos podem ser interpretados de forma literal, ou seja, qualquer contexto no qual um discurso foi proferido com o intuito de manter ou transformar identidades sociais, relações sociais, crenças ou sistemas de

---

<sup>10</sup> Texto ou discurso (que pode ser oral ou escrito) assumem o mesmo significado quando abordados dentro da metodologia da análise de discurso e da análise crítica de discurso (Fairclough, *Media Discourse*, 1995, p. 30).

conhecimento. Aplicado ao quadro teórico em vigor, os eventos comunicativos correspondem aos atos de fala. A ordem de discurso, por sua vez, corresponde à rede de relacionamentos entre “práticas discursivas”. Em suma, a análise de discurso tem de ter em conta o contexto envolvente do ato fala em conjunto com outras “práticas discursivas” que o terão influenciado ou foram por ele influenciados (Fairclough, *Media Discourse*, 1995, pp. 55-57).

*“Analysis involves both the detailed moment-by-moment explication of how participants produce and interpret texts, which conversation analysis and pragmatics excel at, and analysis which focuses upon the relationship of the discursive event to the order of discourse [...]”* (Fairclough, 1995, p. 134)

Em termos práticos, a correta aplicação deste quadro metodológico implica uma análise tripartida (Fairclough, 1995, p. 2) do texto, através da análise da forma (neste caso, discursos), da estrutura (organização dialógica ou ordem dos discursos), da coerência, da gramática e do vocabulário; da prática discursiva, entendida como os processos de produção, distribuição e consumo dos textos, ou seja, quem diz o quê, como, porquê e para quem e como são interpretados pelo público alvo; e da prática cultural, ao que Fairclough chama de “diferentes níveis de organização social” ou o contexto envolvente à prática discursiva (Fairclough, 1995, pp. 133-135). A base linguística da ACD exige que qualquer análise da prática discursiva tenha sempre em consideração as estruturas textuais como a gramática, a narrativa, e outras formas de organização verbal envolvidos (Wodak & Meyer, 2006, p. 97).

No contexto deste trabalho, a ACD não só permite desconstruir a linguagem de securitização como também possibilita apontar os elementos linguísticos de dominância que constituem as narrativas.

## 6. Influência do discurso no “policymaking”

Como constatado no capítulo anterior, o discurso é um conceito que transcende a mera representação textual da linguagem. É uma ferramenta que torna a linguagem em poder, se for utilizado para esse propósito.

*“Power is about relations of difference, and particularly about the effects of differences in social structures. The constant unity of language and other social matters ensures that language is entwined in social power in a number of ways: language indexes power, expresses power, is involved where there is contention over and a challenge to power. Power does not derive from language, but language can be used to challenge power, to subvert it, to alter distributions of power in the short and long term. Language provides a finely articulated means for differences in power in social hierarchical structures. Very few linguistic forms have not*

*at some stage been pressed into the service of the expression of power by a process of syntactic or textual metaphor. CDA takes an interest in the ways in which linguistic forms are used in various expressions and manipulations of power. Power is signalled not only by grammatical forms within a text, but also by a person's control of a social occasion by means of the genre of a text.*” (Wodak & Meyer, 2006, p. 11)

Um exemplo do poder da linguagem é precisamente a influência que o discurso exerce no comportamento do objeto referente- seja com o objetivo de moldar a percepção sobre um certo assunto ou até para influenciar a elaboração de políticas públicas. O processo de securitização exemplifica bem esse mecanismo visto que, por meio da linguagem, procura influenciar o público em apoiar medidas com implicações políticas. Afinal, um líder ou elite política que pretende a manutenção do seu poder depende da aprovação da maioria dos eleitores para legitimar a sua atuação. No entanto, o discurso, enquanto instrumento linguístico, não possui por si só a força persuasiva necessária para exercer o poder de influência desejável. Para tal, é essencial a construção de narrativas eficazes de auxílio ao discurso.

As narrativas são um mecanismo fundamental do discurso porque conseguem transformar informação em algo memorável e de fácil compreensão, simplificando o seu processamento e criando valor e ligação emocional entre o conteúdo transmitido e o público-alvo. São, também, uma ferramenta altamente persuasiva pois qualquer pessoa consegue identificar-se com a informação transmitida independentemente do seu nível académico, profissional ou cultural (Fadlallah, et al., 2019). Isto porque as decisões tomadas pelo indivíduo não advêm somente de um processo de análise racional, mas de um contexto social e emocional que as condicionam (Haidt, 2012, p. 60). Ademais, a narrativa política assume maior relevância quando as decisões políticas são baseadas ou motivadas por valores subjetivos e não por um estudo objetivo e concreto dos seus impactos.

Este nexos de causalidade entre as narrativas e a política pública é aprofundado nas áreas da Análise Crítica de Políticas Públicas, no qual se insere o estudo do Quadro Político Narrativo (*Narrative Policy Framework*), que é utilizado para averiguar o impacto da narrativa nos processos de elaboração de políticas públicas. Estes conceitos e a sua interligação são abordados extensivamente na ACD e ajuda-nos a entender a perspectiva da audiência (objeto referente) no contexto da securitização e a influência das narrativas (e do discurso) nas políticas públicas. Posto isto, podemos afirmar que os discursos, através das narrativas, moldam a forma de como os assuntos ou problemas são interpretados; influenciam a forma de como os problemas são resolvidos; e promovem o desenvolvimento de políticas públicas para combater os problemas identificados.

Este assunto foi o foco de um *policy brief* financiado pelo programa de *Horizon* da União Europeia em 2020, no qual foram analisadas as implicações das narrativas promovidas pelos média,

instituições e forças políticas dos Estados Membros relativas à política de migração e asilo da União. É um trabalho que serve de exemplo da aplicabilidade da premissa apresentada neste capítulo (Barana, Vigneri, & Daga, 2023).

## 7. OPERACIONALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

Este trabalho de investigação utiliza a sinergia ontológica da teoria da securitização e da análise crítica de discurso para analisar a influência do discurso na sociedade. Para tal, a operacionalização desta investigação implica a análise qualitativa de discursos de acordo com os parâmetros delineados neste capítulo, com dois objetivos: desconstruir as narrativas securitárias do governo de húngaro; e identificar possíveis pontos de relação para com a política migratória europeia.

### 7.1. Desenho da Investigação

O tema principal da investigação é a imigração na União Europeia e foi com base nesse tema que a Hungria foi escolhida como objeto de análise. A Hungria não só foi um dos Estados-Membro da União Europeia mais afetados inicialmente pela pressão migratória, como tomou o papel de protagonista ativo contra a política migratória da União. A justificação da utilização da Hungria como objeto de análise centra-se na sua especial dedicação em colocar a migração como foco da sua política interna e externa, oferecendo uma visão alternativa da política migratória no plano europeu promovendo a adoção de políticas migratórias consideradas radicais, em linha com os seus interesses.

A análise começa no ano de 2015 e estende-se até 2020, data em que o Novo Pacto de Migração e Asilo foi proposto pela Comissão Europeia. Este espaço temporal de análise representa a evolução das ações securitárias em conformidade com a evolução da construção da política migratória. Os discursos escolhidos para análise seguem um critério de seleção baseado no orador, no enquadramento, no público-alvo e em palavras-chave. O quadro teórico da Escola de Copenhaga exige que os atos de fala sejam invocados por “elites políticas” e, como tal, são analisados discursos de figuras proeminentes do governo húngaro, sendo dada maior atenção aos discursos do primeiro-ministro húngaro Victor Orbán. Discursos estes retirados diretamente do repositório oficial do governo da Hungria.

Cada discurso configura um evento comunicativo que deve ser devidamente enquadrado e, como tal, os discursos estão analisados de acordo com uma ordem temporal, do antigo para o mais recente. A linguagem das fontes é predominantemente em inglês, sobretudo através de traduções diretas de diversas fontes de notícias e do site oficial do governo húngaro. Para colmatar o meu desconhecimento de húngaro, é dada predominância às fontes traduzidas por plataformas oficiais do governo húngaro, e qualquer tradução de outra fonte noticiosa foi devidamente confirmada através de mecanismos inteligentes de tradução. Ademais, os dados para análise foram selecionados de acordo com palavras-chave como *“migration”*, *“security”*, *“migrants”*, *“refugees”*, *“European Union”*, *“New Pact on Migration and Asylum”*, *“european security”* e *“threats”*.

## 8. Análise

A dimensão desta investigação e a sua natureza dedutiva leva a uma inerente generalização dos resultados obtidos. Esta limitação é autoimposta tendo em conta o carácter qualitativo deste trabalho que nos propositadamente impede de traçar uma relação de causalidade entre a securitização e as alterações na política migratória europeia. Ademais, dado o vasto intervalo temporal de análise, será apenas analisado um discurso por cada ano de análise. Cada discurso foi escolhido pela sua relevância contextual e em diversos contextos discursivos.

Como anteriormente referido, os discursos estão em inglês contudo a análise dos mesmos é feita na língua segundo a qual esta investigação está a ser redigida. Como tal, há uma dupla tradução envolvida na análise: a primeira na origem das fontes (de húngaro para inglês) e a segunda na interpretação dos dados (de inglês para português). Ressalvo que a segunda tradução é suportada pela minha fluência na língua inglesa.

Esta análise é feita em duas partes: a primeira olha para a construção da securitização da migração dentro dos setores de ameaça previamente detalhados; a segunda aborda a externalização do discurso securitário para o plano da política europeia, focando-se nos discursos de Victor Orbán.

### 8.1. Da Securitização da Migração

A construção da narrativa securitária que demarcou o governo húngaro durante o período de análise começou a 11 de janeiro de 2015, após os ataques terroristas em Paris contra o jornal satírico *Charlie Hebdo*, numa entrevista a Victor Orbán por um canal de televisão húngaro. Esta entrevista, conduzida em húngaro, ocorreu durante uma marcha republicana com o objetivo de honrar as vítimas

do ataque terrorista, perpetrado por franceses de pais imigrantes. Nela, Orbán descreveu a imigração como um problema a vários níveis.

Na dimensão da segurança societal, Orbán considera que a cultura dos imigrantes consiste numa ameaça à cultura húngara (1º excerto). O objeto referente- o “nós” , e a audiência são ambos o povo húngaro, visto que a mensagem está a ser transmitida num canal de televisão nacional. Neste excerto, as “minorias significativas” remetem para os imigrantes, cuja presença é vista como sendo em demasia (2º excerto) e, como tal, poderão eventualmente consistir numa ameaça cultural, suplantando a coesão identitária do povo húngaro. Neste sentido, a Hungria é vista como nação onde a cultura é a sua característica mais marcante sem a qual só a Hungria como Estado prevaleceria.

No âmbito da segurança económica, o primeiro-ministro ataca a imigração económica caracterizando-a como má, perigosa e danosa (3º excerto). A invocação destes adjetivos é deliberadamente maliciosa e pretende associar a imigração a um sentimento de alerta e ameaça. O objeto referente é a Europa ou o povo europeu ou até a União Europeia, indicando a existência de valores comuns entre o povo húngaro e europeu, ou a existência de uma sociedade de valores homogéneos que está em perigo. A imigração económica é, por sua vez, considerada inútil e, enquanto a literatura da Escola de Copenhaga reconhece os problemas que poderão advir da imigração em massa, não descarta os benefícios de uma imigração controlada para o estado recetor. Por fim, a utilização do verbo “dever” aufere um sentimento de urgência e compromisso por parte da Hungria e da comunidade europeia na resolução da ameaça que é a imigração.

No decorrer da entrevista, Orbán ressalva que a Hungria não será alvo de imigrantes enquanto ele for primeiro-ministro (4º excerto). Considerando o contexto em que esta entrevista tem lugar, podemos afirmar que o recurso à palavra “alvo” implica que a Hungria poderá ser objeto de um ataque da mesma natureza. Hungria como estado e como nação é, então, o objeto referente sob ameaça. Ademais, os imigrantes são considerados como os potenciais perpetradores desse hipotético ataque e, como tal, cabe a Orbán como primeiro-ministro garantir a proteção do seu país. Este discurso está em linha com o setor da segurança política dada a natureza da ameaça- o terrorismo, considerado pelo quadro teórico como uma ameaça à “estabilidade organizacional das ordens sociais” (ver capítulo 2.3.3).

Como parte da construção da narrativa securitária, o governo húngaro iniciou, em maio do mesmo ano, uma consulta nacional sobre a imigração e o terrorismo, claramente aproveitando a onda de indignação perante os recentes atentados em Paris. Numa carta enviada em conjunto com o questionário e endereçada a oito milhões de eleitores, Orbán menciona diretamente o ataque terrorista ao jornal *Charlie Hebdo* e volta a traçar uma relação de causalidade entre a imigração e o

terrorismo, acusando a União Europeia e Bruxelas de serem incapazes de abordar o problema da imigração ilegal de forma eficaz. Na mesma carta, o primeiro-ministro húngaro acusa diretamente os imigrantes ilegais- dos quais ele considera serem imigrantes económicos, de se fazerem passar por refugiados para terem acesso a benefícios sociais e oportunidades de trabalho. A implicação feita é que os imigrantes constituem uma ameaça à disponibilidade dos postos de trabalho e ao acesso a benefícios pelo povo húngaro. É de notar que a politização dos rótulos é uma tática recorrente nos discursos de Orbán, usada para descredibilizar certo tipo de imigrantes e justificar políticas securitárias (ver capítulo 3) (The Orange Files, 2015). O resultado desta consulta nacional- pautada por questões alegadamente manipulativas- foi de um apoio suficientemente representativo e que justificou as medidas extraordinárias impostas pelo governo nos meses seguintes, incluindo a construção da barreira na fronteira com a Sérvia (Juhász K. , 2017). Esta consulta representou um momento importante no processo de securitização da imigração na medida em que finalmente o ato securitário foi legitimado pela audiência. Mas não ficou por aqui.

A 17 de dezembro de 2015, o primeiro-ministro húngaro apresentou um discurso perante os colegas partidários no vigésimo sexto congresso do partido Fidesz. Este ato comunicativo pretendeu englobar os cinco anos da governação do Fidesz e da governação de Orbán, abordando temas essenciais da governação, desde a economia à segurança, e destacando vitórias, preocupações, acusações e ameaças. Um dos temas principais foi a migração, onde podemos claramente destacar a gramática de segurança que perfaz este ato de fala (ver capítulo 2.2). O primeiro-ministro na qualidade de líder partidário começa colocando o povo húngaro como objeto referente do seu discurso, e associa o medo à imigração ilegal (5º excerto). A palavra “nosso” e “nós” têm um grau de multivocalidade<sup>11</sup> pois podem indicar objetos referentes distintos- “nós” como partido e “nós” como governo. A invocação da conjunção “nós vamos”, referente à proteção das fronteiras e do povo húngaro, revela convicção, urgência e compromisso na continuidade da política até então vigente, apesar da imigração já não se verificar um problema objetivo para o país. De seguida, faz recurso a metáforas como a palavra invasão e campo de batalha na referência à entrada de uma quantidade consideravelmente grande de imigrantes sem haver uma política de controlo coesiva a nível europeu (6º excerto). Novamente, o “nós” é multivocal segundo o qual objeto referente é simultaneamente o povo húngaro e o povo europeu. No 7º excerto é estabelecida, novamente, uma relação direta entre a imigração e o terrorismo, no qual o povo europeu é novamente o objeto referente. Este discurso define a imigração como uma ameaça existencial, que coloca em causa a sobrevivência das ordens sociais (8º Excerto) e que, sem a implementação de medidas a nível nacional e europeu focadas no

---

<sup>11</sup> A multivocalidade é o nome atribuído à presença de diversos significados, perspetivas e vozes num certo discurso ou texto.

policiamento e proteção de fronteiras (5º excerto), a pressão migratória será tão grande que irá comprometer o modo de vida do povo húngaro e europeu.

## 8.2. Da Política Europeia

A 19 de maio de 2015, o primeiro-ministro húngaro discursou numa sessão de plenário do Parlamento Europeu, denominada “a situação na Hungria”, no qual foram levantadas diversas questões relacionadas com a segurança, a migração e o estado de direito. Orbán começou o discurso abordando alguns dos seus sucessos nos últimos 5 anos de governação, focando-se nos resultados económicos obtidos desde 2010. Sobre a agenda discursiva em questão, Orbán começa por afirmar, através da invocação do pronome “nós”, que gostaria de manter a Europa para os europeus e manter a Hungria um país húngaro (9º excerto). A palavra “manter” implica que a Europa e a Hungria- os objetos referentes, estão a sofrer uma mudança que, considerando o assunto do discurso, está relacionada com a imigração. Neste excerto, o primeiro-ministro húngaro pretende transmitir que a identidade europeia e húngara, assim como as respetivas instituições políticas, estão em risco devido à imigração. A definição da ameaça é clara e envolve os setores da segurança societal e política. Note-se que a audiência neste discurso são sobretudo os membros presentes no Parlamento Europeu e as instituições europeia mas, admitindo a mediatização deste discurso e a sua disponibilização na internet, também podemos afirmar que o povo húngaro faz parte de uma audiência indireta.

O discurso foi, também, marcado por críticas à política migratória europeia, que até então já previa a reforma do regulamento de Dublin e a criação de um sistema de quotas de realocização de requerentes de asilo (European Parliament, 2015). Primeiramente, abordando o assunto na qualidade pessoal através do pronome pessoal “eu”, Orbán repudia o sistema de quotas (10º excerto) ao afirmar com convicção, mas sem certezas, de que tal iria beneficiar esquemas de tráfico humano em solo europeu. O primeiro-ministro segue por defender a transferência das competências da regulação da imigração para os Estados-Membro, especificando que deveria ser a Hungria a decidir quem entra no seu território (11º excerto). Este discurso pretende demonstrar preocupação com os impactos da imigração, mas também com as soluções para o problema. Ainda que não sejam propriamente requisitadas a aplicação de medidas extraordinárias, os avanços para a alteração das leis migratórias europeias serão um ponto fulcral nos discursos de Victor Orbán.

No dia 6 de maio de 2016, Victor Orbán deu uma entrevista em húngaro no programa “180 Minutos” da estação de rádio Kossuth Radió, às 7:35 da manhã. A entrevista ocorreu após o parlamento húngaro autorizar a elaboração de um referendo sobre as quotas de realocização de requerentes de asilo, que foi prontamente contestada pelos líderes da oposição parlamentar (o Partido

Socialista e a Coligação Democrática) (Daily News Hungary, 2016). A audiência deste evento comunicativo foi a população húngara e todos os que tiveram acesso à transmissão, que propositadamente teve lugar em horário de ponta para captar o máximo número possível de ouvintes. O tema principal da entrevista foi o dito referendo e as propostas da Comissão Europeia para a revisão do Sistema Comum de Asilo (ver capítulo 4.2). O primeiro-ministro defende que a proposta de realocização forçada de requerentes de asilo é um erro, que ameaça a estabilidade das fronteiras e utiliza uma metáfora para ilustrar que esta proposta não resolve o problema de raiz (12º excerto). Neste ato comunicativo, Orbán invoca os setores da segurança económica e societal ao apontar, novamente, a imigração descontrolada como uma ameaça aos valores e à economia. O objeto referente é marcado pela multivocalidade, pois não está devidamente identificado, podendo-se tratar da Hungria e da União Europeia como entidades políticas; ou dos húngaros e europeus como entidades culturais. O resto do discurso é marcado por sugestões de emendas às propostas da Comissão Europeia. Quando o primeiro-ministro defende que nenhum indivíduo deve poder entrar em solo europeu até o seu pedido de asilo ser visto e aceite, estamos perante uma sugestão de aplicação de uma medida extraordinária (13º excerto). Esta sugestão é, porém, uma clara violação dos artigos 31<sup>12</sup> e 33<sup>13</sup> da Convenção de Genebra de 1951 (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, 1951) e do artigo 18<sup>14</sup> da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (European Union, 2000). O referendo acabou por ter lugar dia 2 de outubro do mesmo ano, no qual 98% dos 40.4% dos inquiridos respondeu em linha com a narrativa propagada pelo governo, ou seja, de repúdio das quotas obrigatórias de realocização de requerentes de asilo (BBC, 2016).

O discurso no evento de encerramento da consulta nacional a 27 de junho de 2017 denota uma mudança no conteúdo e no tom face aos anos anteriores. Divulgado em abril e maio desse ano, a consulta nacional denominada “*Let’s Stop Brussels!*” foi uma nova tentativa por parte do governo húngaro de legitimar a sua posição ideológica e as suas políticas, através de um questionário com perguntas, alegadamente guiadas e manipulativas, sobre o papel das instituições europeias e a sua relação com o país (The Orange Files, 2017). O tema inicial do discurso é a economia, sobre a qual são invocadas preocupações securitárias de âmbito económico relativamente à distribuição de postos de trabalho. A recusa do reconhecimento do valor laboral da imigração é, novamente, o postulado principal desta crítica (14º Excerto). De seguida, Orbán destaca dois “problemas históricos” que estão a afetar a Europa: a imigração ilegal e o que ele considera ser a recorrente imposição institucional de Bruxelas perante os Estados-Membro (15º excerto). Podemos interpretar a palavra

---

<sup>12</sup> Art. 31 - Refugiados em situação irregular no país de acolhida

<sup>13</sup> Art. 33 - Proibição de expulsar e de repelir

<sup>14</sup> Art. 18 – Direito ao Asilo

“problema” neste contexto como sinónimo de ameaça, na qual a imigração e “Bruxelas” (na forma da Comissão Europeia ou das instituições europeias) se inserem. Sobre o tópico da imigração ilegal, o primeiro-ministro húngaro descredibiliza as instituições europeias, indicadas no discurso pelo pronome “eles”, culpando-as pela inação e pela situação problemática que a Hungria e a Europa estão a atravessa, e acusando-as de enganarem o povo europeu (16º excerto). Orbán continua a sua crítica às instituições europeias, atacando aqueles que defendem o mecanismo de quotas de realocização de requerentes de asilo (17º excerto), e critica a própria ideia de integração europeia (18º excerto). A linguagem deste discurso não emprega a gramática de segurança necessária à securitização mas tenta construir discursivamente uma nova ameaça na forma das instituições europeias, que representam a repressão institucional e ameaçam a liberdade e independência da Hungria (19º excerto). Ademais, este discurso mereceu uma resposta por parte da Comissão Europeia, que agora se tornou um membro indireto da audiência, que publicou um documento desmistificando as alegações feitas na consulta nacional (European Commission, 2017).

A 28 de julho de 2018 o primeiro-ministro húngaro participou na vigésima nona Universidade Aberta de Verão de Bálványos, na Roménia. Este é um evento anual que junta estudantes universitários e políticos da Hungria e da Roménia. A audiência é composta pelos estudantes romenos e húngaros, assim como pela elite política de ambos os países. Um discurso num evento que historicamente representa a cooperação entre ambos, terá o objetivo de procurar validação de uma audiência mais alargada. É um discurso longo e que aborda diversos assuntos desde a história das relações húngaro-romenas à evolução da política da Hungria. Dentro dos diversos temas abordados, Orbán volta a utilizar a gramática de segurança (“gravidade”, “crise”, “defesa”, “contra”) e a referir-se à imigração e à Comissão Europeia como os grandes responsáveis da situação em que a Europa se encontra- situação esta descrita como “grave”. O objeto referente é a “civilização europeia” e as ameaças existenciais são a imigração e, também, a Comissão Europeia na medida em que não só falhou na defesa contra a imigração, como abandonou a sua identidade “cristã” (20º e 21º excerto). Ambas as ameaças enquadram-se nos setores da segurança societal e político pois não só são um perigo para os valores sociais “cristãos” que perfazem a identidade húngara e europeia, como cuja ideologia política liberal- no caso da Comissão Europeia- representa um perigo para a segurança dos estados. Além da narrativa securitária aqui presente, este discurso pretende também destacar a importância das eleições do parlamento europeu no ano seguinte como uma das formas de fazer valer esta agenda política securitária (22º excerto).

Entre 22 e 24 de março de 2019, Budapeste foi palco da primeira conferência global sobre a migração, organizada pelo *Mathias Corvinus Collegium*. Contou com palestrantes de mais de vinte

países e uma audiência composta por especialistas e investigadores de diversas áreas das ciências sociais, políticos, elites diplomáticas e cidadãos do espaço europeu (Mathias Corvinus Collegium, 2019). Neste evento, Orbán assumiu a qualidade de palestrante e anfitrião num meio cuja audiência já partilharia, em princípio, das suas preocupações e ideias e que estaria mais recetiva à sua mensagem.

Num discurso repleto de gramática de segurança, o primeiro-ministro húngaro começa por evidenciar o papel de liderança da Hungria no debate da imigração, e afirma que esse papel lhe foi imposto por necessidade para se protegerem contra imigrantes que constituem potenciais ameaças militares ao objeto referente- o povo húngaro. Orbán assume, portanto, que a Hungria encontra-se perante uma ameaça do domínio da segurança militar (23º e 24º excerto). Além disso, é também estabelecida uma relação de causalidade entre a imigração- especificamente a imigração islâmica, e a mudança do perfil cultural do europeu, indicado como sendo “nativo cristão”. Novamente, a imigração é tida como uma ameaça à identidade europeia que, neste discurso, não se refere somente à identidade de valores mas também ao perfil étnico e religioso. Este tipo de classificação de ameaça recai sobre os setores da segurança societal e política- visto que uma mudança demográfica deste calibre pode impactar a estabilidade organizacional das ordens sociais (25º excerto). No final do discurso, Orbán fala diretamente para a sua audiência e ressalva que a inação- aqui referindo-se aos estados e às instituições europeias, conduzirá a europa a um rumo que não poderá ser mudado (26º excerto). Apela, portanto, à “alteração do sistema” da União Europeia- que envolveria necessariamente a introdução de medidas extraordinárias, e à criação de um novo órgão intergovernamental em oposição à Comissão Europeia, como a única forma de resolver este problema da imigração (27º excerto).

### **8.3. Conclusão da Análise**

A resposta inicial das instituições europeias perante estas provocações não evidenciou uma convergência com o discurso do líder húngaro. A 24 de setembro de 2020, após a apresentação pela Comissão Europeia da proposta de elaboração do NPMA, três representantes dos países do Grupo de Visegrado- entre os quais estava presente o primeiro-ministro húngaro, reuniram-se com a Presidente da Comissão Europeia para discutir as medidas do Novo Pacto. A reunião terminou sem consenso visto que todos os membros do Grupo de Visegrado repudiaram o mecanismo de solidariedade obrigatória (Brzozowski, 2020). Contudo, o processo negocial da proposta da Comissão resultou na incorporação de algumas das preocupações securitárias presentes na narrativa de Victor Orbán.

Uma das maiores preocupações de Orbán era conseguir a revogação do Regulamento de Dublin e do mecanismo de solidariedade obrigatória. Revisitando o capítulo anterior, podemos constatar que estas preocupações foram evidenciadas na entrevista à estação de rádio Kossuth Radió em 2016, na qual o primeiro-ministro húngaro não só repudia o mecanismo de solidariedade obrigatória, como defende que os pedidos de asilo deveriam ser aprovados nos países de origem. Com o NPMA, o Regulamento de Dublin III foi substituído pelo Regulamento Gestão do Asilo e da Migração. Este regulamento procura combater o problema do “*asylum shopping*” nos países de primeira chegada e substitui o mecanismo de solidariedade obrigatória por um de solidariedade “flexível”, segundo o qual os Estados-Membros podem escolher medidas de solidariedade dependendo do contexto em que se encontram, a serem revistas todos os anos (Official Journal of the European Union, 2024). Ademais, apesar de não existirem procedimentos para que os pedidos de asilo sejam feitos fora dos países europeus, o estabelecimento de parcerias internacionais com os países origem (nomeadamente a Tunísia, Egito e Marrocos) ajuda a prevenir a entrada de imigração ilegal e a potencial utilização indevida deste direito, algo que é, também, uma das grandes críticas presentes nos discursos de Orbán (European Commission, 2024).

A crítica constante à incapacidade de a União Europeia conseguir travar a imigração ilegal é uma constante nos discursos analisados. Direta ou indiretamente, Orbán declara a imigração ilegal como uma grande ameaça à identidade, soberania e economia da Hungria e do espaço europeu. Para além disso, o primeiro-ministro húngaro admite que a imigração poderá estar a ser instrumentalizada por atores terceiros com o objetivo de enfraquecer a identidade e os “valores cristãos” europeus; acusa as instituições europeias de serem incapazes de travar estas “ameaças”; e apela pela implementação de mecanismos que contemplem medidas extraordinárias para combater estes ditos problemas. Neste âmbito podemos verificar, de novo, uma convergência entre as críticas de Orbán e o texto da NPMA, cujo regulamento 2024/1359 pretende precisamente “responder a situações específicas e excecionais de crise, incluindo a instrumentalização e *força maior*” através da aplicação de medidas temporárias e limitadas a circunstâncias excecionais, como a suspensão temporária de direitos de asilo e o alargamento dos prazos de detenção e registo dos pedidos de asilo (Jornal Oficial da União Europeia, 2024).

Tabela 1 Excertos do primeiro-ministro húngaro Victor Orbán

| <b>Número de Excerto</b> | <b>Conteúdo</b>   | <b>Fonte</b>  | <b>Setores de Segurança</b> | <b>Língua de Segurança</b>    |
|--------------------------|---|---|-----------------------------|-------------------------------|
| 1º Excerto               | “We do not want to see among us significant minorities that possess different cultural characteristics and background than us. We would like to preserve Hungary as Hungary.” (index.hu, 2015)  | Jornal Index<br>Língua: Húngaro<br>Data: 2015.01.11 | Segurança Societal          | n/a                           |
| 2º Excerto               | “There is no problem with the minorities living with us now, and their number is not growing in such a way that it causes headaches.” (index.hu, 2015)  | Jornal Index<br>Língua: Húngaro<br>Data: 2015.01.11 | Segurança Societal          | n/a                           |
| 3º Excerto               | “Economic immigration is a bad thing in Europe, and it must not be seen as having any benefit, because it only brings trouble and danger to the European people, and therefore immigration must be stopped. This is the Hungarian position.” (index.hu, 2015) | Jornal Index<br>Língua: Húngaro<br>Data: 2015.01.11 | Segurança Económica         | Problemas<br>Perigo<br>Parada |
| 4º Excerto               | "At the same time, it must be made very clear that we will not allow – at least not as long as I am prime minister – and as long as this government is in place, it will certainly not  | Jornal Index<br>Língua: Húngaro<br>Data: 2015.01.11 | Segurança Política          | Alvo                          |

|            |   |   |                    |   |
|------------|---|---|--------------------|---|
|            | happen for Hungary to become a target for immigrants." (index.hu, 2015)   |   |                    |   |
| 5º Excerto | <p>“Our third major goal is to make sure that the Hungarian people should not live in fear. Security and law and order, strict but fair laws, a strong, well-prepared and young police force, a determined counter-terrorism organisation, and an assured disaster management agency. This is how we can protect the country. We shall protect our borders and the Hungarian people against criminals, terrorists and illegal immigrants.” (Kormany.hu, 2015)</p> | <p>Repositório do Website do Governo Húngaro</p> <p>Transcrição de um discurso de Victor Orbán no Vigésimo Sexto Congresso do Fidesz</p> <p>Língua da fonte: Inglês</p> <p>Língua do Discurso: Húngaro</p> <p>Local: Budapeste</p> <p>17 Dezembro, 2015</p> | Segurança Política | <p>Medo</p> <p>Segurança</p> <p>Ordem</p> <p>Proteger</p> <p>Contra</p> <p>Criminosos</p> <p>Terroristas</p> <p>Ilegais</p> |
| 6º Excerto | <p>“We see that we have been invaded. Europe is under invasion, it looks like a battlefield, and what we have seen so far is just the tip of the iceberg. How many more people will set out, and how many more are preparing to set out for Europe? I think there are millions, or even tens of millions.” (Kormany.hu, 2015)</p>   | <p>Repositório do Website do Governo Húngaro</p> <p>Transcrição de um discurso de Victor Orbán no Vigésimo Sexto Congresso do Fidesz</p> <p>Língua da fonte: Inglês</p> <p>Língua do Discurso: Húngaro</p>  | Segurança Política | <p>Invasão</p> <p>Campo de Batalha</p>  |

|            |   |  |                                |   |
|------------|---|--|--------------------------------|---|
|            |   | Local: Budapeste<br>17 Dezembro, 2015  |                                |   |
| 7º Excerto | “Mass migration is threatening the security of Europeans because it brings with it an exponentially increased threat of terrorism. And one terrorist is one too many. People are coming to Europe in their thousands, tens of thousands and hundreds of thousands.”<br>(Kormany.hu, 2015)   | Repositório do Website do Governo Húngaro<br>Transcrição de um discurso de Victor Orbán no Vigésimo Sexto Congresso do Fidesz<br>Língua da fonte: Inglês<br>Língua do Discurso: Húngaro<br>Local: Budapeste<br>17 Dezembro, 2015 | Segurança Política             | Terrorismo<br>Ameaça<br>Milhares<br>Dezenas de milhares<br>Centenas de Milhares |
| 8º Excerto | “But the situation is simple and obvious: it is quite clear to every reasonable person that Europe cannot support this many people, cannot provide the jobs, housing, social and health care, education, training and transport for this many people. Europe’s economy and welfare system will crumble under such an enormous burden – and sooner than anyone would think today.”<br>(Kormany.hu, 2015) | Repositório do Website do Governo Húngaro<br>Transcrição de um discurso de Victor Orbán no Vigésimo Sexto Congresso do Fidesz<br>Língua da fonte: Inglês<br>Língua do Discurso: Húngaro<br>Local: Budapeste                      | Segurança Económica e Societal | n/a   |

|             |   |  |                               |     |
|-------------|---|--|-------------------------------|-----|
|             |   | 17 Dezembro, 2015  |                               |     |
| 9º Excerto  | “We are a frank and open people, and we are speaking our mind when we say loud and clear that we Hungarians would like to keep Europe for the Europeans, and we also wish to keep Hungary as a Hungarian country. Both of these goals of ours are legitimate, and I am convinced that both of them are fully in harmony with the core values of Europe and the intentions of the founders of the European Union.” (Prime Minister's Office, 2015) | Repositório do Website do Governo Húngaro<br>Transcrição de um discurso de Victor Orbán no Parlamento Europeu<br>Língua da fonte: Inglês<br>Língua do Discurso: Húngaro<br>Local: Estrasburgo<br>19 Maio de 2015 | Segurança Política e Societal | n/a |
| 10º Excerto | “[...] I am convinced that the proposal that we should let asylum-seekers into Europe and should apportion them out among the Member States on the basis of some artificially defined quota is a crazy idea.” (Prime Minister's Office, 2015)   | Repositório do Website do Governo Húngaro<br>Transcrição de um discurso de Victor Orbán no Parlamento Europeu<br>Língua da fonte: Inglês<br>Língua do Discurso: Húngaro<br>Local: Estrasburgo<br>19 Maio de 2015 | n/a                           | n/a |

|                        |   |   |                                       |                        |
|------------------------|---|---|---------------------------------------|------------------------|
| <p>11º<br/>Excerto</p> | <p>“I am therefore convinced that it would be more appropriate if the regulation of immigration were delegated to national competencies [...]. [...] we must allow individual Member States themselves to decide on this issue. We Hungarians want to decide ourselves on whether we want immigrants in Hungary or not.” (Prime Minister's Office, 2015)</p>  | <p>Repositório do Website do Governo Húngaro<br/>Transcrição de um discurso de Victor Orbán no Parlamento Europeu<br/>Língua da fonte: Inglês<br/>Língua do Discurso: Húngaro<br/>Local: Estrasburgo<br/>19 Maio de 2015</p>                        | <p>n/a</p>                            | <p>n/a</p>             |
| <p>12º<br/>Excerto</p> | <p>“First of all, the proposal which has now been submitted is a complete mistake. If you have heart pains, you do not seek treatment for your kidneys. Our problem is not the distribution of refugees, but protection of the borders. We will not have security and calm, and we will not be able to protect our values and economic achievements, until we are able to defend our borders. So what we need today – and what Brussels should now decide on – is the principle and question of the</p> | <p>Repositório do Website do Governo Húngaro<br/>Transcrição de uma entrevista a Victor Orbán num programa de rádio da <i>Kossuth Rádió</i><br/>Língua da fonte: Inglês<br/>Língua do Discurso: Húngaro<br/>Local: Budapeste<br/>6 Maio de 2016</p> | <p>Segurança Política e Económica</p> | <p>Defesa Proteção</p> |

|                |   |   |                    |     |
|----------------|---|---|--------------------|-----|
|                | protection of the borders.” (Kormany.hu, 2016)  |   |                    |     |
| 13°<br>Excerto | “First of all, we must strengthen protection of the borders: we must not let anyone in without controls, registration and related individual decisions. The other thing is that the conditions for assessing and deciding on the applications of all those who want to come to Europe must be created outside the territory of the European Union. They must be kept outside the EU. This means that refugee camps must be set up outside the European Union. They must be operated and financed, of course, and we Europeans must guarantee the safety of the people in those camps, but in my view no individual should be able to set foot on European soil until a country of the European Union has assessed their application and accepted it. Until that happens they must be kept outside” (Kormany.hu, 2016) | Repositório do Website do Governo Húngaro<br>Transcrição de uma entrevista a Victor Orbán num programa de rádio da <i>Kossuth Rádió</i><br>Língua da fonte: Inglês<br>Língua do Discurso: Húngaro<br>Local: Budapeste<br>6 Maio de 2016 | Segurança Política | n/a |
| 14°<br>Excerto | “Clearly there is an economic theory which claims that admitting guest workers into   | Repositório do Website do Governo Húngaro   |                    |     |

|                        |   |  |                            |   |
|------------------------|---|--|----------------------------|---|
|                        | <p>the country benefits competition in the labour market. I don't share this view. Naturally, once the supply of Hungarian workers has been exhausted, the need may arise for workers arriving from elsewhere. But the important condition is that as long as there are Hungarians in our country who are free and available for work, we must not give jobs to others: we must only give jobs to those Hungarians who are not in work." (Kormany.hu, 2017)</p> | <p>Transcrição de um discurso proferido por Victor Orbán no evento de encerramento de uma Consulta Nacional chamada de "Állitsuk Meg Brüsszelt!" ("Let's Stop Brussels!")</p> <p>Língua da fonte: Inglês</p> <p>Língua do discurso: Húngaro</p> <p>Local: Budapeste</p> <p>27 Junho 2017</p> | <p>Segurança Económica</p> | <p>n/a</p>  |
| <p>15º<br/>Excerto</p> | <p>"Today two momentous, historic issues are unsettling Europe. The first is the problem of illegal immigration, which we have good reason to call modern-day mass population movement. The second is about the sort of future we are moving towards: a Europe of Brussels or a Europe of the nations. The stakes are high, and so both of these issues are exerting tremendous pressures." (Kormany.hu, 2017)</p>  | <p>Repositório do Website do Governo Húngaro</p> <p>Transcrição de um discurso proferido por Victor Orbán no evento de encerramento de uma Consulta Nacional chamada de "Állitsuk Meg Brüsszelt!" ("Let's Stop Brussels!")</p> <p>Língua da fonte: Inglês</p>                                | <p>Segurança Societal</p>  | <p>Problema<br/>Illegal<br/>Problemas<br/>Pressões<br/>Riscos</p> |

|                |  |  |                    |   |
|----------------|--|--|--------------------|---|
|                |  | Língua do discurso:<br>Húngaro<br><br>Local: Budapeste<br><br>27 Junho 2017  |                    |   |
| 16º<br>Excerto | “In terms of illegal immigration, Europe’s leadership – and particularly its left wing – bombards the citizens of Europe with a barrage of arguments, and tries to dull their senses. One such argument is that there is no such thing as an illegal immigrant, and there is no such thing as illegal immigration: those who want to come here and settle down should have free and open access to Europe; the fact that they cross borders without permission, without documents and in violation of current laws is a secondary consideration.” (Kormany.hu, 2017) | Repositório do Website do Governo Húngaro<br><br>Transcrição de um discurso proferido por Victor Orbán no evento de encerramento de uma Consulta Nacional chamada de “ <i>Állítsuk Meg Brüsszelt!</i> ” (“ <i>Let’s Stop Brussels!</i> ”)<br><br>Língua da fonte: Inglês<br><br>Língua do discurso: Húngaro<br><br>Local: Budapeste<br><br>27 Junho 2017 | Segurança Política | Violação<br><br>Ilegal<br><br>Sem Permissão |
| 17º<br>Excerto | “The efforts of those claiming that solidarity demands the mandatory settling of migrants in all EU Member States according to a quota system – or even by creating migrant villages – are the Mount   | Repositório do Website do Governo Húngaro<br><br>Transcrição de um discurso proferido por Victor Orbán no evento de  | n/a                | n/a   |

|                |  |  |     |     |
|----------------|--|--|-----|-----|
|                | <p>Everest of demented ideas. To top it all, they are now expecting cooperation from those countries whose opinions were never sought when they decided to invite migrants into Europe en masse, and when they were applauding themselves and their own compassion.” (Kormany.hu, 2017)</p>  | <p>encerramento de uma Consulta Nacional chamada de “<i>Állítsuk Meg Brüsszelt!</i>” (“<i>Let’s Stop Brussels!</i>”)</p> <p>Língua da fonte: Inglês</p> <p>Língua do discurso: Húngaro</p> <p>Local: Budapeste</p> <p>27 Junho 2017</p>  |     |     |
| 18º<br>Excerto | <p>“Europe’s leadership looks on in anxiety as, one by one, its madcap ideas are stalled by the resistance of the individual nation states making up the EU. And at this point the other European debate is revealing its true colours. This is why some have called for the establishment of a United States of Europe, and want to see immigration policy and every important financial and economic decision transferred to Brussels.” (Kormany.hu, 2017)</p> | <p>Repositório do Website do Governo Húngaro</p> <p>Transcrição de um discurso proferido por Victor Orbán no evento de encerramento de uma Consulta Nacional chamada de “<i>Állítsuk Meg Brüsszelt!</i>” (“<i>Let’s Stop Brussels!</i>”)</p> <p>Língua da fonte: Inglês</p> <p>Língua do discurso: Húngaro</p> <p>Local: Budapeste</p> | n/a | n/a |

|                |  |  |                    |          |
|----------------|--|--|--------------------|----------|
|                |  | 27 Junho 2017  |                    |          |
| 19º<br>Excerto | “There are some who want to drag us into that campaign, such as our good old friend and supporter, Comrade [Martin] Schulz, who as a genuine Brusselite back in the European Parliament was truly irritated by us – or, to be more precise, by the idea of our national independence and freedom.” (Kormany.hu, 2017)    | Repositório do Website do Governo Húngaro<br>Transcrição de um discurso proferido por Victor Orbán no evento de encerramento de uma Consulta Nacional chamada de “ <i>Állítsuk Meg Brüsszelt!</i> ” (“ <i>Let’s Stop Brussels!</i> ”)<br>Língua da fonte: Inglês<br>Língua do discurso: Húngaro<br>Local: Budapeste<br>27 Junho 2017 | Segurança Política | n/a      |
| 20º<br>Excerto | “The gravity of the situation – the gravity of the situation of European civilisation – has been revealed by the migrant crisis. Let me take a complex thought and simplify it: we must face up to the fact that Europe’s leaders are inadequate, and that they’ve been unable to defend Europe against immigration. The | Repositório do Website do Governo Húngaro<br>Transcrição de um discurso proferido por Victor Orbán no Vigésimo Nono <i>Bálványos Summer Open University and Student Camp</i>   | Segurança Política | Defender |

|                |  |   |                    |     |
|----------------|--|---|--------------------|-----|
|                | European elite has failed, and the European Commission is the symbol of that failure.” (miniszterelnok.hu, 2018)   | Língua da fonte:<br>Inglês<br>Língua do discurso:<br>Húngaro<br>Local: Budapeste<br>28 de julho de 2018   |                    |     |
| 21º<br>Excerto | “The answer to this question – or at least this is where I look for the answer – is that first of all it has rejected its roots, and instead of a Europe resting on Christian foundations, it is building a Europe of “the open society” (miniszterelnok.hu, 2018) | Repositório do Website do Governo Húngaro<br>Transcrição de um discurso proferido por Victor Orbán no Vigésimo Nono <i>Bálványos Summer Open University and Student Camp</i><br>Língua da fonte:<br>Inglês<br>Língua do discurso:<br>Húngaro<br>Local: Budapeste<br>28 de julho de 2018 | Segurança Societal | n/a |
| 22º<br>Excerto | “This is the diagnosis I can offer you. Let’s look at what we can hope for now, what we have to do, and what we can do. I suggest to all of us, Dear Friends, that we concentrate all our efforts on the 2019 European Parliament                                  | Repositório do Website do Governo Húngaro<br>Transcrição de um discurso proferido por Victor Orbán no Vigésimo Nono <i>Bálványos Summer</i>   | n/a                | n/a |

|                        |   |   |                          |               |
|------------------------|---|---|--------------------------|---------------|
|                        | <p>elections. [...] The time has indeed come for the European elections to be about a great, important, common European issue: the issue of immigration, and the future related to it. Therefore, I suggest that in the coming year we concentrate all our strength on these important and decisive elections.” (miniszterelnok.hu, 2018)</p>                                 | <p><i>Open University and Student Camp</i></p> <p>Língua da fonte: Inglês</p> <p>Língua do discurso: Húngaro</p> <p>Local: Budapeste</p> <p>28 de julho de 2018</p>   |                          |               |
| <p>23º<br/>Excerto</p> | <p>“When migrants choose a land route instead of a sea route they necessarily come into Europe across Hungary’s southern borders. Whether or not we wanted this role, whether or not it’s fair, whether or not we like it, we are where we are; and as we want to defend our borders, this has granted us Europe-wide fame.” (Cabinet Office of the Prime Minister, 2019)</p> | <p>Repositório do Website do Governo Húngaro</p> <p>Transcrição de um discurso proferido por Victor Orbán numa conferência internacional sobre a imigração no <i>Mathias Corvinus Collegium</i></p> <p>Língua da fonte: Inglês</p> <p>Língua do discurso: Húngaro</p> <p>Local: Budapeste</p> <p>23 Março de 2019</p> | <p>Segurança Militar</p> | <p>Defesa</p> |

|                        |   |   |                                      |  |
|------------------------|---|---|--------------------------------------|--|
| <p>24°<br/>Excerto</p> | <p>“But we’ve no choice, because – and I say this for the sake of our guests – we don't want to live through a repeat of what we’ve already experienced: for want of an effective border, almost 400,000 people – mostly men of military age, unarmed but in military style – all of a sudden marching across our border and into Hungary.” (Cabinet Office of the Prime Minister, 2019)</p>  | <p>Repositório do Website do Governo Húngaro</p> <p>Transcrição de um discurso proferido por Victor Orbán numa conferência internacional sobre a imigração no <i>Mathias Corvinus Collegium</i></p> <p>Língua da fonte: Inglês</p> <p>Língua do discurso: Húngaro</p> <p>Local: Budapeste</p> <p>23 Março de 2019</p> | <p>Segurança Militar</p>             | <p>Homens em idade militar</p> <p>Marchar através da nossa fronteira</p>   |
| <p>25°<br/>Excerto</p> | <p>“Migration is something which attacks what President Sarkozy referred to as our greatest strength: our unity. [...] What has happened in Western European countries over the past few decades has been the emergence alongside the indigenous population – with its original Christian culture – of a significant minority with a strong identity which has been growing much faster than the host population. Population ratios are</p> | <p>Repositório do Website do Governo Húngaro</p> <p>Transcrição de um discurso proferido por Victor Orbán numa conferência internacional sobre a imigração no <i>Mathias Corvinus Collegium</i></p> <p>Língua da fonte: Inglês</p>  | <p>Segurança Societal e Política</p> | <p>Emergência de uma minoria significativa</p> <p>Favorecimento de novas comunidades em detrimento da nativa</p> |

|                |  |  |                       |                                       |
|----------------|--|--|-----------------------|---------------------------------------|
|                | continuously shifting to the disadvantage of the indigenous Christian population, and in favour of the new community, which is fundamentally Muslim.” (Cabinet Office of the Prime Minister, 2019)   | Língua do discurso:<br>Húngaro<br><br>Local: Budapeste<br><br>23 Março de 2019   |                       |                                       |
| 26º<br>Excerto | “This means that if you don't view migration with the same seriousness as we have done here today, if European politics does not place it on the agenda and does not make immediate decisions right now, then we will see the start of processes which will later be impossible to halt.” (Cabinet Office of the Prime Minister, 2019) | Repositório do<br>Website do<br>Governo Húngaro<br><br>Transcrição de um discurso proferido por Victor Orbán numa conferência internacional sobre a imigração no <i>Mathias Corvinus Collegium</i><br><br>Língua da fonte:<br>Inglês<br><br>Língua do discurso:<br>Húngaro<br><br>Local: Budapeste<br><br>23 Março de 2019 | Segurança<br>Política | Processos<br>impossíveis de<br>travar |
| 27º<br>Excerto | “Four years have passed since 2015 and, as uncomfortable as it might be, we have to admit that the leaders of the European Union and the current structures of the European Union are unable to  | Repositório do<br>Website do<br>Governo Húngaro<br><br>Transcrição de um discurso proferido por Victor Orbán numa conferência  |                       |                                       |

|  |   |   |                           |                        |
|--|---|---|---------------------------|------------------------|
|  | <p>solve the issue of migration and border defence. And if they haven't been able to do that over the last four or five years, there's no reason to believe that they'll be able to do so tomorrow. Therefore, as President Sarkozy said, we must change the system. We must change the system, and just as a council of finance ministers from the members of the currency union was set up in the interest of the common currency, so we should set up a new body comprising the interior ministers from the Schengen Area countries.” (Cabinet Office of the Prime Minister, 2019)</p> | <p>internacional sobre a imigração no <i>Mathias Corvinus Collegium</i></p> <p>Língua da fonte: Inglês</p> <p>Língua do discurso: Húngaro</p> <p>Local: Budapeste</p> <p>23 Março de 2019</p> | <p>Segurança Política</p> | <p>Mudar o sistema</p> |
|--|---|---|---------------------------|------------------------|

## 9. Conclusão

Esta investigação teve como objetivo analisar construção do discurso securitário do governo húngaro, na figura do primeiro-ministro Victor Orbán, e a averiguar a sua potencial influência no desenvolvimento da política migratória europeia entre 2015-2020, na antecipação do Novo Pacto de Migração e Asilo. Através da conjugação teórica da teoria da securitização da Escola de Copenhaga com o quadro analítico da Análise Crítica de Discurso, foi possível examinar a evolução da narrativa securitária húngara, destacar os setores de segurança invocados e evidenciar a projeção do discurso para o plano europeu. A análise foi elaborada com os discursos disponíveis no repositório oficial do governo da Hungria, que não contempla quaisquer discursos proferidos após o ano de 2020. Ainda assim, os dados analisados são suficientes para responder à pergunta de investigação e aos objetivos nela delineados.

A narrativa securitária húngara enquadrou-se em diversos setores de segurança. No setor societal, Orbán propositadamente misturou os conceitos de imigrante ilegal, imigrante, refugiado e requerente de asilo, chegando a assumir uma posição abertamente anti-imigração, possivelmente xenófoba, de superioridade cultural da sociedade cristã face outras sociedades- nomeadamente a muçulmana. A imigração é, neste contexto, apresentada como uma ameaça aos valores e identidade cultural e religiosa europeia e marcada pela dinâmica combativa do “nós” cristão europeu contra o “eles” imigrante, estrangeiros e muçulmano. No setor económico, a imigração é tida como uma ameaça ao sistema social e considerada concorrência desleal no mercado de trabalho. No setor militar, estabelece uma correlação entre imigração, terrorismo e insegurança fronteiriça. No setor político é interpretada como uma ameaça à ordem social e à soberania nacional.

Ao longo dos discursos analisados, verificou-se uma externalização da narrativa securitária interna para o plano europeu. Os discursos endereçados à elite europeia ou a uma audiência internacional contêm uma substancial dimensão crítica da política migratória da União Europeia, especificamente direcionada às reformas do regulamento de Dublin e à política de solidariedade ou de realocação obrigatória de requerentes de asilo. A União Europeia, na forma da Comissão Europeia, é frequentemente criticada pela sua inação no combate à imigração e até acusada de ser permissiva com a entrada de imigrantes ilegais. Orbán utiliza a desculpa da inação para propagar uma narrativa de independência soberana perante o institucionalismo liberal e simultaneamente opressor da União, desafiando a própria existência da mesma dentro dos moldes atuais. Verificamos uma alteração da narrativa para uma de independência nacional, mais extremada na tomada de posição quanto à imigração, e endereçada a uma audiência alargada.

A gramática de segurança manteve-se presente na maioria dos discursos, ainda que a percepção ou invocação de urgência não se revelou um fator constante. As ameaças mais frequentemente destacadas enquadram-se no setor da segurança societal. A ligação entre a construção das narrativas securitárias e a política migratória europeia revelou-se ténue e circunstancial apesar do substancial suporte literário. Contudo, podemos, mesmo assim, afirmar que existe uma reciprocidade por parte das instituições europeias na resposta às críticas de Orbán, pela introdução de um mecanismo de solidariedade flexível no lugar do mecanismo de recolocação obrigatória, e da implementação de medidas de combate à imigração ilegal.

Posto isto, concluímos que os discursos de Victor Orbán poderão ter influenciado, em parte, a construção de uma nova política migratória europeia ou, pelo menos, conseguimos evidenciar o poder da linguagem, do discurso e da instrumentalização de narrativas na construção de políticas ou *policymaking*. Esta investigação consegue, ainda, ser diferenciadora, sobretudo na conceptualização metodológica, ao relacionar teorias e metodologias diferentes mas que se complementam e num quadro analítico promissor. A complexidade metodológica é em si um mérito, mas reconhecemos que beneficiaria de um maior número de discursos e dados para analisar, possivelmente numa investigação futura.

## 10. Bibliografia

- (UNHCR), U. H. (2018). *Submission by the Office of the United Nations High Commissioner for Refugees in the case of Ilias and Ahmed v. Hungary (Application No. 47287/15) before the Grand Chamber of the European Court of Human Rights*. Retrieved from <https://www.refworld.org/jurisprudence/amicus/unhcr/2018/en/123061>
- Adamson, F. B. (2006). *Crossing Borders: International Migration and National Security*. The MIT Press, 165-199. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/4137542>
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (1951, 07 28). *Convenção relativa ao estatuto dos refugiados*. *Convenção relativa ao estatuto dos refugiados*. Retrieved from <https://www.ministeriopublico.pt/instrumento/convencao-relativa-ao-estatuto-dos-refugiados-0>
- Barana, L., Vigneri, F., & Daga, G. (2023). *BRIDGES Policy Brief on the Impact of narratives on EU policymaking*. European Union Horizon 2020.
- Bauerová, H. (2018). *Migration Policy of the V4 in the Context of Migration Crisis*. De Gruyter. doi:10.2478/pce-2018-0011
- BBC. (2016). Hungary PM claims EU migrant quota referendum victory. *BBC*. Retrieved from <https://www.bbc.com/news/world-europe-37528325>
- Beger, P. (2023). Hungary's Asylum and Migration Policy: Change in Three Stages. In E. Bos, & A. Lorenz, *Politics and Society in Hungary (De-)Democratization, Orbán and the EU*. Springer. doi:10.1007/978-3-658-39826-2
- Bendel, P. (2021). Fresh Start of False Start? The New Pact on Migration and Asylum. In S. Carrera, & A. Geddes, *The EU Pact on Migration and Asylum in light of the United Nations Global Compact on Refugees*. European University Institute.
- Brzozowski, A. (2020, Setembro 24). In Brussels, Visegrad countries reject the EU's migration plan. *EURATIV*. Retrieved from <https://www.euractiv.com/section/politics/news/in-brussels-visegrad-four-reject-the-eus-migration-plan/>
- Buzan, B. (1983). *People, States and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era*. Wheatsheaf Books LTD.
- Buzan, B., & Hansen, L. (2009). *The Evolution of International Security Studies*. Cambridge.

- Buzan, B., Waeber, O., & Wilde, J. d. (1998). *Security: A New Framework For Analysis*. Lynne Rienner Publishers.
- Cabinet Office of the Prime Minister. (2019, março 25). *Prime Minister Viktor Orbán's address at Mathias Corvinus Collegium's international conference, "Budapest Summit on Migration"*. Retrieved from Website of the Hungarian Government: <https://2015-2019.kormany.hu/en/the-prime-minister/the-prime-minister-s-speeches/prime-minister-viktor-orban-s-address-at-mathias-corvinus-collegium-s-international-conference-budapest-summit-on-migration>
- Castles, S., & Miller, M. J. (1998). *The Age of Migration: International Population Movements in the World*. Macmillan Press LTD.
- COM(2016)197. (n.d.). *COMMUNICATION FROM THE COMMISSION TO THE EUROPEAN PARLIAMENT AND THE COUNCIL TOWARDS A REFORM OF THE COMMON EUROPEAN ASYLUM SYSTEM AND ENHANCING LEGAL AVENUES TO EUROPE*. Retrieved from EU Monitor: <https://www.eumonitor.eu/9353000/1/j9vvik7m1c3gyxp/vk375l4dlovh>
- Comissão Europeia. (2024, Junho 04). *Os dossiês legislativos em resumo*. Retrieved from Migration and Home Affairs: [https://home-affairs.ec.europa.eu/policies/migration-and-asylum/pact-migration-and-asylum/legislative-files-nutshell\\_pt](https://home-affairs.ec.europa.eu/policies/migration-and-asylum/pact-migration-and-asylum/legislative-files-nutshell_pt)
- Consilium. (2025). *Migration flows: Eastern, Central and Western routes*. Retrieved from European Council Council of the European Union: <https://www.consilium.europa.eu/en/infographics/migration-flows-to-europe/>
- Csehi, R., & Zgut, E. (2020). 'We won't let Brussels dictate us': Eurosceptic populism in Hungary and Poland. *European Politics and Society*. doi:<https://doi.org/10.1080/23745118.2020.1717064>
- Daily News Hungary. (2016, Maio 10). Parliament approves national referendum on EU migrant quotas, lawmakers amends referendum law - UPDATE. *Daily News Hungary*. Retrieved from <https://dailynewshungary.com/parliament-approves-national-referendum-on-eu-migrant-quotas/>
- Dinan, D., Nugent, N., & Paterson, W. E. (2017). *The European Union in Crisis*. Palgrave.
- Directorate-General for Internal Policies. (2017). *Integration of Refugees in Greece, Hungary and Italy. Annex 2: Country Case Study Hungary*. European Parliament.

- Erdal, C. (2023). Migration Crisis in The European Union and Hungary's Legal and Political Attitudes Towards Migration. *Verejná správa a spoločnosť*. doi:10.33542/VSS2023-1-4
- EU Home Affairs. (n.d.). *Migration and Home Affairs*. Retrieved from home-affairs.ec.europa.eu: [https://home-affairs.ec.europa.eu/policies/migration-and-asylum/asylum-eu/country-responsible-asylum-application-dublin-regulation\\_en](https://home-affairs.ec.europa.eu/policies/migration-and-asylum/asylum-eu/country-responsible-asylum-application-dublin-regulation_en)
- EUAA. (2022). *2.1 The Common European Asylum System and current issues*. Retrieved from <https://euaa.europa.eu/asylum-report-2020/21-common-european-asylum-system-and-current-issues#86>
- Euronews. (2015). Germany tightens rules for asylum seekers. *Euro News*. Retrieved from <https://www.euronews.com/2015/10/15/germany-tightens-rules-for-asylum-seekers>
- European Commission. (2024, April). *Embedding Migration in International Partnerships*. Retrieved from <https://ec.europa.eu/commission/presscorner/api/files/attachment/878139/Embedding%20migration%20in%20international%20partnerships.pdf>
- European Commission. (2017, April 27). "Stop Brussels": European Commission responds to Hungarian national consultation. *European Commission Publications*. Retrieved from [https://commission.europa.eu/publications/stop-brussels-european-commission-responds-hungarian-national-consultation\\_en](https://commission.europa.eu/publications/stop-brussels-european-commission-responds-hungarian-national-consultation_en)
- European Council. (2001). *Council Directive 2001/55/EC of 20 July 2001 on minimum standards for giving temporary protection in the event of a mass influx of displaced persons and on measures promoting a balance of efforts between Member States in receiving such persons and bearing*. Retrieved from EUR-Lex: <https://eur-lex.europa.eu/eli/dir/2001/55/oj/eng>
- European Parliament. (1999). *TAMPERE EUROPEAN COUNCIL 15 AND 16 OCTOBER 1999*. Retrieved from [europarl.europa.eu: https://www.europarl.europa.eu/summits/tam\\_en.htm](https://www.europarl.europa.eu/summits/tam_en.htm)
- European Parliament. (2015, 09 10). *Refugees: MEPs want Dublin rule changes, humanitarian visas and global strategy*. Retrieved from [europarl.europa.eu: https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20150904IPR91613/refugees-meps-want-dublin-rule-changes-humanitarian-visas-and-global-strategy](https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20150904IPR91613/refugees-meps-want-dublin-rule-changes-humanitarian-visas-and-global-strategy)

- European Union. (2000, 12 7). Charter of Fundamental Rights of the European Union. *CHARTER OF FUNDAMENTAL RIGHTS OF THE EUROPEAN UNION*. Retrieved from [https://eur-lex.europa.eu/eli/treaty/char\\_2012/oj/eng](https://eur-lex.europa.eu/eli/treaty/char_2012/oj/eng)
- Fadlallah, R., El-Jardali, F., Nomier, M., Hemadi, N., Arif, K., Langois, E. V., & Akl, E. A. (2019). Using narratives to impact health policy-making: a systematic review. *Health Research Policy and Systems*. doi:10.1186/s12961-019-0423-4
- Fairclough, N. (1995). *Critical Discourse Analysis: The critical study of language*. Longman.
- Fairclough, N. (1995). *Media Discourse*. Arnold.
- Fratzke, S. (2017). *Weathering Crisis, Forging Ahead: Swedish Asylum and Integration Policy*. Transatlantic Council on Migration. Migration Policy Institute.
- Guild, E. (2009). *Security and Migration in the 21st Century*. Polity Press.
- Győri, G. (2015). *Hungarian Politics in 2014*. Friedrich Ebert Foundation and Policy Solutions.
- Haidt, J. (2012). *The Righteous Mind: Why good people are divided by politics and religion*. Pantheon Books.
- Halperin, S., & Heath, O. (2020). *Political Research: Methods and Practical Skill*. Oxford University Press.
- Hartmann, J., & Tan, N. F. (2016). The Danish Law on Seizing Asylum Seekers' Assets. *EJIL: Talk!* Retrieved from <https://www.ejiltalk.org/the-danish-law-on-seizing-asylum-seekers-assets/>
- Hobbes, T. (1909). *Leviathan*. Clarendon Press.
- Hough, P., Malik, S., Moran, A., & Pilbeam, B. (2015). *International Security Studies: Theory and Practice*. Routledge.
- Hurwitz, A. (1999). The 1990 Dublin Convention: A Comprehensive Assessment. *International Journal of Refugee Law*, 646-677.
- index.hu. (2015). Orbán: We will not give asylum to economic migrants. *index*. Retrieved from [https://index.hu/belfold/2015/01/11/orban\\_gazdasagi\\_bevandorloknak\\_nem\\_adunk\\_menedeket/?token=d5de79b2565dde3ad4d1fe5776244254](https://index.hu/belfold/2015/01/11/orban_gazdasagi_bevandorloknak_nem_adunk_menedeket/?token=d5de79b2565dde3ad4d1fe5776244254)
- IOM. (2015, Dezembro 22). *Irregular Migrant, Refugee Arrivals in Europe Top One Million in 2015: IOM*. Retrieved from IOM UN Migration: <https://www.iom.int/news/irregular->

migrant-refugee-arrivals-europe-top-one-million-2015-iom#:~:text=Greece%20%20IOM%20confirmed%20yesterday%20%2821%2F12%29%20that%20over,2015%2C%20mostly%20from%20Syria%2C%20Africa%20and%20South%20Asia.

Jornal Oficial da União Europeia. (2024, 05 22). *REGULAMENTO (UE) 2024/1359 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 14 de maio de 2024 relativo à resposta a situações de crise e de força maior no domínio da migração e do asilo e que altera o Regulamento (UE) 2021/1147*. Retrieved from EUR-Lex: <https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2024/1359/oj/por>

Juhász, A., Molnár, C., & Zgut, E. (2017). *Asylum and migration in Hungary*. Prague office of Heinrich-Böll-Stiftung eV.

Juhász, K. (2017). Assessing Hungary's Stance on Migration and Asylum in Light of the European and Hungarian Migration Strategies. *Politics in Central Europe*, 13(1). doi:10.1515/pce-2016-0021

Kaminski, M. (2015). 'All the terrorists are migrants'. *Politico*. Retrieved from <https://www.politico.eu/article/viktor-orban-interview-terrorists-migrants-eu-russia-putin-borders-schengen/>

Karnitschnig, M. (2015). Orbán says migrants threaten 'Christian' Europe. *Politico*. Retrieved from <https://www.politico.eu/article/orban-migrants-threaten-christian-europe-identity-refugees-asylum-crisis/>

Kolodziej, E. A. (2005). *Security and International Relations*. Cambridge University Press.

Kormany.hu. (2015, Dezembro 17). *Prime Minister Viktor Orbán's speech at the 26th Congress of the Fidesz – Hungarian Civic Union*. Retrieved from Website of the Hungarian Government: <https://2015-2019.kormany.hu/en/the-prime-minister/the-prime-minister-s-speeches/prime-minister-viktor-orban-s-speech-at-the-26th-congress-of-the-fidesz-hungarian-civic-union?>

Kormany.hu. (2016, Maio 9). *Interview with Prime Minister Viktor Orbán on the Kossuth Rádió programme "180 Minutes"*. Retrieved from Website of the Hungarian Government: <https://2015-2019.kormany.hu/en/the-prime-minister/the-prime-minister-s-speeches/interview-with-prime-minister-viktor-orban-on-the-kossuth-radio-programme-180-minutes20160506?>

Kormany.hu. (2017, Junho 29). *Prime Minister Viktor Orbán's speech at the closing event for the National Consultation*. Retrieved from Website of the Hungarian

- Government: <https://2015-2019.kormany.hu/en/the-prime-minister/the-prime-minister-s-speeches/prime-minister-viktor-orban-s-speech-at-the-closing-event-for-the-national-consultation>
- Mathews, J. T. (1989). *Redefining Security*. Council on Foreign Relations. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/20043906>
- Mathias Corvinus Collegium. (2019, março). MCC Budapest Summit on Migration. Budapest, Hungria. Retrieved from <https://mcc.hu/hir/budapest-summit-on-migration>
- McDonald, M. (2008). Securitization and the Construction of Security. *European Journal of International Relations*, 562-587. doi:10.1177/1354066108097553
- Migration and Home Affairs. (2024). *Pacto em matéria de Migração e Asilo*. Retrieved from [https://home-affairs.ec.europa.eu/policies/migration-and-asylum/pact-migration-and-asylum\\_pt](https://home-affairs.ec.europa.eu/policies/migration-and-asylum/pact-migration-and-asylum_pt)
- Migration and Home Affairs. (n.d.). *Asylum in the EU*. Retrieved from Home Affairs: [https://home-affairs.ec.europa.eu/policies/migration-and-asylum/asylum-eu\\_en](https://home-affairs.ec.europa.eu/policies/migration-and-asylum/asylum-eu_en)
- miniszterelnok.hu. (2018, Julho 28). *Prime Minister Viktor Orbán's speech at the 29th Bálványos Summer Open University and Student Camp*. Retrieved from <https://2015-2022.miniszterelnok.hu/prime-minister-viktor-orbans-speech-at-the-29th-balvanyos-summer-open-university-and-student-camp/>
- National Legislative Bodies / National Authorities. (2008, janeiro 1). *Hungary: Act No. LXXX of 2007, Act on Asylum*. Retrieved from Refworld.org: <https://www.refworld.org/legal/legislation/natlegbod/2008/en/110732>
- National Legislative Bodies / National Authorities. (2016, Abril` 1). *Hungary: Government Decree No. 191/2015, Act on Asylum*. Retrieved from Refworld.org: <https://www.refworld.org/legal/decrees/natlegbod/2016/en/106706>
- National Repository of Legislation. (2015). *Act CXXVII of 2015 on the amendment of the laws related to the establishment of a temporary security border fence and migration*. Retrieved from National Repository of Legislation: <https://njt.hu/jogszabaly/2015-127-00-00>
- Niessen, J., & Guild, E. (2012). *Immigration and Asylum Law and Policy in Europe*. martinus Nijhoff Publishers.

Office of the High Commissioner for Human Rights. (2015). *Press briefing note on Hungary*. Office of the High Commissioner for Human Rights. Retrieved from <https://www.ohchr.org/en/press-briefing-notes/2015/06/press-briefing-note-hungary#:~:text=One%20of%20the%20Government%E2%80%99s%20posters%20reads%3A%20%E2%80%9CIf%20you,jobs%20that%20no%20one%20else%20wants%20to%20do.>

Official Journal of the European Union. (2024, 05 22). *REGULATION (EU) 2024/1351 OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL of 14 May 2024 on asylum and migration management, amending Regulations (EU) 2021/1147 and (EU) 2021/1060 and repealing Regulation (EU) No 604/2013*. Retrieved from EUR-Lex: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A32024R1351>

Papagianni, G. (2006). *Institutional and Policy Dynamics of EU Migration Law*. Martinus Nijhoff Publishers.

Parlamento Europeu. (n.d.). *Os Tratados de Maastricht e de Amesterdão*. Retrieved from Fichas temáticas sobre a União Europeia: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/3/os-tratados-de-maastricht-e-de-amesterdao#:~:text=O%20Tratado%20de%20Maastricht%20alterou%20os%20tratos%20europeus,dom%C3%ADnios%20da%20justi%C3%A7a%20e%20dos%20assuntos%20internos%20%28JAI%29.>

Phillips, N., & Hardy, C. (2020). *Discourse Analysis: Investigating Processes of Social Construction*. Sage Publications.

Prime Minister's Office. (2015, Maio 20). *Prime Minister Viktor Orbán's Speech in the European Parliament*. Retrieved from Website of the Hungarian Government: <https://2015-2019.kormany.hu/en/the-prime-minister/the-prime-minister-s-speeches/prime-minister-viktor-orban-s-speech-in-the-european-parliament>

Radjenovic, A. (2024). *Reform of the reception conditions directive: In "Promoting our European Way of Life"*. European Parliament. Retrieved from <https://www.europarl.europa.eu/legislative-train/theme-promoting-our-european-way-of-life/file-jd-reform-of-the-reception-conditions-directive>

Reuters. (2015). Hungary PM Orban says immigration a threat, must be stopped. *Reuters*. Retrieved from <https://www.reuters.com/article/world/hungary-pm-orban-says-immigration-a-threat-must-be-stopped-idUSKBN0KL0L2/>

- Rousseau, D. L., & Walker, T. C. (2010). Liberalism. In M. D. Cavelty, & V. Mauer, *The Routledge Handbook of Security Studies*. Routledge.
- SCHIFFRIN, D., TANNEN, D., & HAMILTON, H. E. (2015). Introduction to the First Edition. In D. SCHIFFRIN, D. TANNEN, & H. E. HAMILTON, *The Handbook of Discourse Analysis*. Wiley Blackwell.
- The Orange Files. (2015). *National Consultation on Immigration and Terrorism*. Retrieved from The Orange Files: <https://theorangefiles.hu/national-consultation-on-immigration-and-terrorism/>
- The Orange Files. (2017). *The "Let's Stop Brussels!" National Consultation*. Retrieved from The Orange Files: <https://theorangefiles.hu/the-lets-stop-brussels-national-consultation/>
- Thorpe, N. (2015). Hungary's poster war on immigration. *BBC*. Retrieved from <https://www.bbc.com/news/world-europe-33091597>
- Ullman, R. H. (1983). *Redefining Security*. The MIT Press. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/2538489>
- UNHCR. (n.d.). *Migrant Definition*. Retrieved from UNHCR Emergency Handbook: <https://emergency.unhcr.org/protection/legal-framework/migrant-definition>
- Végh, Z. (2016, Dezembro 19). 'Flexible solidarity' Intergovernmentalism or differentiated integration: the way out of the current impasse. Retrieved from Visegrad Group: <https://www.visegradgroup.eu/flexible-solidarity>
- Waever, O. (1993). *Identity, Migration, and the new security agenda in Europe*. Printer Publishers.
- Waever, O. (1995). Securitization and Desecuritization. In R. D. Lipschutz, *On Security*. Columbia University Press.
- Waever, O. (1996, Março). European Security Identities. *Journal of Common Market Studies*, 34(1), 103-132.
- Weiner, M. (1992). Security, Stability, and International Migration. *The MIT Press*, 91-126. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/2539131>
- Wibben, A. T. (2010). Feminism Security Studies. In V. Mauer, & M. D. Cavelty, *The Routledge Handbook of Security Studies*. Routledge.
- Williams, P. D., & McDonald, M. (2018). *Security Studies: An Introduction*. Routledge.

- Wodak, R., & Meyer, M. (2006). *Methods of Critical Discourse Analysis*. Sage Publications.
- Wohlforth, W. C. (2010). Realism and Security Studies. In M. D. Cavelty, & V. Mauer, *The Routledge Handbook of Security Studies*. Routledge.
- Zetter, R. (2007). More Labels, Fewer Refugees: Remaking the Refugee Label in an Era of Globalization. *Journal of Refugee Studies*, 172-192. doi:10.1093/jrs/fem011



UNIVERSIDADE  
PORTUGALENSE

[upt.pt](http://upt.pt)